

Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Ciências Humanas e Biológicas  
Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades  
Curso de Licenciatura em Geografia

EQUADOR: NEOEXTRATIVISMO CHINÊS E TERRITÓRIOS DE  
RESISTÊNCIA

Paulo Cesar de Melo Noronha

Sorocaba

2025

Paulo Cesar de Melo Noronha

Equador: neoextrativismo chinês e territórios de resistência

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Geografia para obtenção do título de licenciado em Geografia da Universidade Federal de São Carlos *campus* Sorocaba.

Orientação: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Gilberto Cunha Franca

Sorocaba

2025

Noronha, Paulo Cesar de Melo

Equador: neoextrativismo chinês e territórios de resistência / Paulo Cesar de Melo Noronha -- 2025. 84f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Gilberto Cunha Franca

Banca Examinadora: Neusa de Fátima Mariano, Márcio Fernando Gomes

Bibliografia

1. Neoextrativismo. 2. Territórios de resistência. I. Noronha, Paulo Cesar de Melo. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano - CRB/8 6979

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Paulo Cesar de Melo Noronha

Equador: neoextrativismo chinês e territórios de resistência

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Geografia para obtenção do título de licenciado em Geografia da Universidade Federal de São Carlos *campus* Sorocaba

Orientador

---

Prof. Dr.º Gilberto Cunha Franca  
Universidade Federal de São Carlos

Examinadora

---

Prof.ª Dr.ª Neusa de Fátima Mariano  
Universidade Federal de São Carlos

Examinador

---

Prof. Dr.º Márcio Fernando Gomes  
Universidade Federal de São Carlos

“[...] Quando eu não era vítima das tentações deste mundo, dedicava minhas noites a imaginar outros mundos. Um pouco com a ajuda do vinho e outro tanto do mel verde. Não há nada melhor do que imaginar outros mundos para esquecer o quanto é doloroso este em que vivemos. Pelo menos eu pensava assim naquele momento. Ainda não compreendera que imaginando outros mundos, acabamos por mudar também este nosso.”

Umberto Eco (*Baudolino*, 2011, p.100)

## Resumo

Este trabalho tem como objeto de análise a relação bilateral entre a China e o Equador, pretendendo encontrar elementos que ajudem a qualificar os efeitos desta relação para o país latino-americano. Ou seja, busca-se uma possível resposta para a questão-problema - “*A relação bilateral com a China tem sido benéfica para o Equador?*” - Diante disso, e atendo-se aos seus limites deste trabalho, apenas duas perspectivas de análise foram consideradas. Uma é a dimensão econômica, ou seja, busca-se compreender o que a relação com a China tem significado em termos econômicos para o Equador. E outra, a dimensão social, sobretudo, do espaço vivido, buscando nas lutas socioterritoriais dos povos indígenas e camponeses, um referencial interpretativo para compreender os efeitos que o neoextrativismo impulsionado pela demanda chinesa por recursos naturais tem sobre o território e a vida destas populações. Assim, ao centrar-se em aspectos econômicos, sociais e territoriais do Equador, entendemos que a relação com a China, apesar da assimetria não significar, necessariamente, uma relação imperialista, nos moldes tradicionais, contribui para que o Equador continue exercendo a função de exportador primário na divisão internacional do trabalho, bem como, para a manutenção das políticas extrativistas.

Palavras-chave: Neoextrativismo; Dependência; Lutas socioterritoriais.

## Abstract

This paper analyzes the bilateral relationship between China and Ecuador, aiming to identify elements that help qualify the effects of this relationship for the Latin American country. In other words, it seeks to answer the guiding question - *Has the bilateral relationship with China been beneficial for Ecuador?* - Given this objective and within the limits of this study, only two analytical perspectives were considered. The first is the economic dimension, that is, it aims to understand what the relationship with China has meant for Ecuador in economic terms. The second is the social dimension, particularly regarding lived space, using the socio-territorial struggles of Indigenous and peasant communities as an interpretive framework to assess the effects of neo-extractivism driven by China's demand for natural resources on the territory and the lives of these populations. By focusing on the economic, social, and territorial aspects of Ecuador, this study argues that although the relationship with China is marked by asymmetry, it does not necessarily constitute an imperialist relationship in the traditional sense. However, it does contribute to Ecuador's continued role as a primary commodity exporter in the international division of labor and to the persistence of extractivist policies.

Keywords: Neoextractivism; Dependency; Socio-territorial struggles.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2. EQUADOR: ASPECTOS GERAIS</b> .....	12
<b>3. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL</b> .....	15
3.1 NEOEXTRATIVISMO, PRIMARIZAÇÃO ECONÔMICA E DEPENDÊNCIA.....	15
3.2 TERRITÓRIO.....	18
3.3 BUEN VIVIR E PLURINACIONALIDADE.....	19
<b>4. CHINA: A ASCENSÃO DE UMA NOVA POTÊNCIA</b> .....	22
4.1 CHINA E AMÉRICA LATINA.....	22
4.2 CHINA E EQUADOR.....	24
4.3 A NOVA ROTA DA SEDA.....	26
4.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	34
<b>5. A ECONOMIA DO EQUADOR</b> .....	35
5.1 UM BREVE HISTÓRICO.....	35
5.2 INDICADORES MACROECONÔMICOS.....	40
5.2.1 <b>Produto Interno Bruto</b> .....	40
5.2.2 <b>PIB per capita</b> .....	41
5.2.3 <b>Índice de Desenvolvimento Humano</b> .....	44
5.2.4 <b>Índice de Pobreza</b> .....	45
5.3 CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DO FUNCIONAMENTO DA ECONOMIA.....	46
5.3.1 <b>Matriz produtiva</b> .....	46
5.3.2 <b>Base exportadora e Inserção externa</b> .....	48
5.3.3 <b>Estrutura de Importações</b> .....	51
5.3.4 <b>Investimento Externo Direto (IED)</b> .....	51
5.3.5 <b>Tratado de Livre Comércio (TLC) com a China</b> .....	53
5.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	54
<b>6. AS LUTAS SOCIOTERRITORIAIS NO EQUADOR</b> .....	55
6.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	55
6.1.1 <b>Levantamientos</b> .....	56
6.1.2 <b>A Luta por Yasuní</b> .....	60
6.2 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	67
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	68
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	71

## 1. INTRODUÇÃO

O aspecto mais importante das relações entre países, seja bilateral ou multilateral, é o impacto que elas trazem para as populações envolvidas, ou seja, as negociações no campo da política internacional não se dissociam da vida cotidiana. Existem muitas formas de acordos e termos estabelecidos em virtude dos mais variados objetivos. Apenas a título de exemplo, acordos de comércio, de modo geral, influenciam a dinâmica econômica dos países envolvidos, e esta, por sua vez, interligada ao trabalho, incide na organização e sustentação da vida. Embora o objetivo, em geral, das negociações seja a consecução de ações que gerem benefícios mútuos, nem sempre este equilíbrio é alcançado, especialmente, considerando a assimetria decorrente dos distintos níveis de desenvolvimento entre os países. Ou seja, aqueles considerados desenvolvidos possuem condições de desequilibrar a balança a seu favor, em razão da dependência apresentada pelos menos desenvolvidos.

Este é um dos principais aspectos que evocam a necessidade de análise e reflexão acerca da forma como a relação entre potências e países menos desenvolvidos se dá. Existem muitos exemplos ao longo da história, e atualmente, de relações estabelecidas com base na assimetria de poder econômico, contudo, a escolha por tomar como objeto de análise para este trabalho a relação entre China e Equador se justifica por dois motivos. Primeiro, essa relação se insere em um processo mais amplo de aproximação e estreitamento de relações da China com a América Latina e Caribe como um todo (Medeiros e Cintra, 2015; Ouriques, 2015), ou seja, o caso do Equador não é isolado, está inserido em um fenômeno bastante amplo, que para ser analisado em toda esta amplitude, exigiria um volume de estudo e trabalho condizentes com pesquisas acadêmicas mais extensas, portanto, para se adequar às possibilidades deste trabalho, apenas um país foi considerado.

Segundo, a escolha se deu pelo Equador porque neste país, assim como na Bolívia, os movimentos contestatórios ao processo denominado de neoextrativismo (Gudynas, 2009; Svampa, 2019), em parte, vinculado à demanda chinesa por recursos naturais, foram precursores e abrangentes, transformando-se em uma importante plataforma de ação política no cenário nacional. Talvez por isso, onde importantes avanços se registraram, por vezes, até de forma pioneira, a exemplo da inserção na Constituição equatoriana de princípios que fazem parte da vida dos povos originários, como *buen vivir*, plurinacionalismo e direitos da natureza (Acosta, 2016; Equador, 2008).

Assim, estas especificidades e a abrangência das lutas socioterritoriais no país, se tornaram aspectos importantes para os propósitos deste trabalho. Neste sentido, em termos gerais, o problema que se coloca sob análise neste trabalho, é a vinculação entre o crescente interesse chinês pelos produtos primários produzidos no Equador e a intensificação das atividades extrativistas que tem, por consequência, a fragilização dos territórios indígenas e camponeses. Portanto, argumenta-se que a relação com a China, nos moldes como se dá, pode ser um fator que reforce a condição do Equador como país exportador de recursos naturais (Svampa, 2019), potencializando o extrativismo, e conseqüentemente, a intensificação da vulnerabilidade dos territórios dos povos tradicionais, o que representa um risco para existência destes, tanto pela supressão das condições necessárias para a manutenção da própria vida, como também, pela eliminação de elementos simbólicos e materiais, necessários à reprodução de suas culturas.

Cabe destacar que, a relação estabelecida entre dois países através de acordos bilaterais como a analisada neste trabalho, produz múltiplos efeitos para as sociedades envolvidas, em especial quando se trata de relações marcadamente assimétricas. Desta forma, ao considerar a relação estabelecida entre China e Equador, é importante ressaltar que este trabalho objetiva abordar apenas parte desses efeitos. Ou seja, o trabalho se limita a analisar o que a relação bilateral com a China pode representar para o Equador, apenas sob a perspectiva da intensificação em território equatoriano do extrativismo, relacionado à demanda por recursos naturais, e suas implicações econômicas, ambientais e territoriais (Ray e Gallagher, 2016).

Quanto à organização deste Trabalho de Conclusão de Curso, além desta introdução, o trabalho contém mais cinco seções e as considerações finais. A segunda seção versa sobre os aspectos gerais do Equador, abordando de forma resumida, a divisão político-administrativa do território, a divisão em regiões geográficas e características gerais da população. Na terceira seção apresentamos conceitos importantes para a discussão proposta neste trabalho, como neoextrativismo, primarização econômica, território, *buen vivir* e plurinacionalidade. Na quarta seção, abordamos, de forma resumida, a ascensão chinesa, o estabelecimento de relações com a América Latina, bem como, com o Equador. Nesta seção, abordamos também aspectos gerais da chamada Nova Rota da Seda, por esta iniciativa representar o principal projeto da política internacional chinesa na atualidade, e por sua abrangência que se estende para países latino-americanos, inclusive, o Equador.

Na quinta seção, tratamos da economia equatoriana, fazendo um percurso histórico até os dias atuais, a fim de demonstrar como a exportação de recursos naturais tem sido o modelo constitutivo da estrutura econômica do país, além disso, dedicamos uma subseção a indicadores macroeconômicos recentes para, além dos aspectos históricos, apresentamos também dados recentes, que em conjunto, podem contribuir para melhor compreensão do desenvolvimento econômico equatoriano. Por fim, finalizamos a seção analisando as características estruturais da economia equatoriana, para tentar compreender o impacto que a relação com a China pode representar.

Na sexta seção, mudamos a escala de análise para o território, discorrendo sobre as implicações da economia extrativista para a manutenção da vida de populações tradicionais, assim como, a centralidade das lutas socioterritoriais que, dentre outras coisas, problematizam o paradigma desenvolvimentista atual. Tomamos como exemplo, o caso de Yasuní, uma vez que, os movimentos de resistência ao extrativismo são diversos no Equador, não sendo possível, no âmbito da proposta deste trabalho, abordar adequadamente todos, nos limitamos a um exemplo apenas.

Ademais, considerando a impossibilidade de realizar uma pesquisa *in loco*, se faz importante enunciar alguns aspectos do modo como este trabalho se desenvolveu, em termos metodológicos. Assim, com base em Prodanov e Freitas (2013), do ponto de vista da abordagem, este trabalho tem caráter qualitativo, e em relação aos objetivos do estudo é descritivo. No que diz respeito ao procedimento teórico, teve por base metodológica de investigação a pesquisa bibliográfica, através da qual foram feitos levantamentos e análises de de informações que constam em publicações de pesquisas e estudos acadêmicos relacionados ao tema central deste trabalho. Portanto, foram tomados como principais fontes de informações, livros, artigos científicos, materiais cartográficos e trabalhos acadêmicos. Em síntese, o desenvolvimento do trabalho se deu a partir da leitura e revisão das bibliografias selecionadas. Quanto ao referencial teórico, há contribuições da geoeconomia (Blackwill e Harris, 2016 *apud* Ungaretti *et al* 2022; Rodrigues, 2021), da noção de “*consenso das commodities*”, proposta por Maristella Svampa, do neoxtrativismo como política de desenvolvimento (Svampa, 2019), bem como, da Teoria da Dependência, em sua vertente marxista (Marini, 2005).

## 2. EQUADOR: ASPECTOS GERAIS

A República do Equador é um país costeiro, formado pelo território continental localizado na região dos Andes, na porção noroeste da América do Sul e pelo território insular representado pelo arquipélago de Galápagos. O território continental faz fronteira com a Colômbia ao norte, com o Peru ao sul e leste e com o Oceano Pacífico a oeste, possuindo uma área total de 256.370 km<sup>2</sup> (*Atlas de la República del Ecuador* - IGM, 2013). Historicamente o país foi uma colônia espanhola e fazia parte do território denominado como Real Audiência de Quito, tendo alcançado a independência de forma definitiva, em relação à Espanha, em 1822, após um longo processo com início em 1809. Incorporando-se, imediatamente após a independência, a então Grã-Colômbia, país liderado por Simón Bolívar, formado pelos territórios dos atuais Panamá, Venezuela e Colômbia, nesta ocasião, o Equador era denominado como *Distrito del Sur*. Tornou-se um Estado autônomo e república em 1830, após a dissolução da Grã-Colômbia<sup>1</sup>. (Mora, 2008; Acosta, 2005)

Atualmente o Equador é um Estado unitário, governado de forma descentralizada. A organização territorial é feita pela divisão político-administrativa em províncias, cantões e paróquias. Deste modo, o país é dividido em 24 províncias, 221 cantões e 817 paróquias rurais. Em comparação com Estados federados, as províncias correspondem ao nível estadual, os cantões correspondem ao nível das cidades, e as paróquias são subdivisões dos cantões (Egüez, 2021). As províncias equatorianas são Guayas, Pichincha, Manabí, Los Ríos, Azuay, El Oro, Tungurahua, Esmeraldas, Santo Domingo De Los Tsáchilas, Loja, Chimborazo, Cotopaxi, Imbabura, Santa Elena, Cañar, Bolívar, Sucumbíos, Morona Santiago, Orellana, Carchi, Napo, Pastaza, Zamora Chinchipe e Galápagos (INEC - Censo 2022)

O Equador possui uma população de 16.938.986 pessoas. Sendo que, no último Censo do país, realizado em 2022, 13.122.337 (77,5%) de pessoas se declararam Mestiça; 1.302.057 (7,7%) Indígena; 1.305.000 (7,7%) Montúbia; 814.495 (4,8%) Afroecuatoriana; 395.097 (2,3%) Branca e outros. A maioria da população equatoriana (63,1%) reside em áreas urbanas. A região mais povoada é a Costa, concentrando 53,3% da população do país, distribuída em suas sete províncias. Na província de Pichincha, Chimborazo e Imbabura reside mais de um terço da população indígena. Por outro lado, a província cuja maior parte da população se identifica como indígena é Napo com 65% da população. (INEC - Censo 2022). No mapa

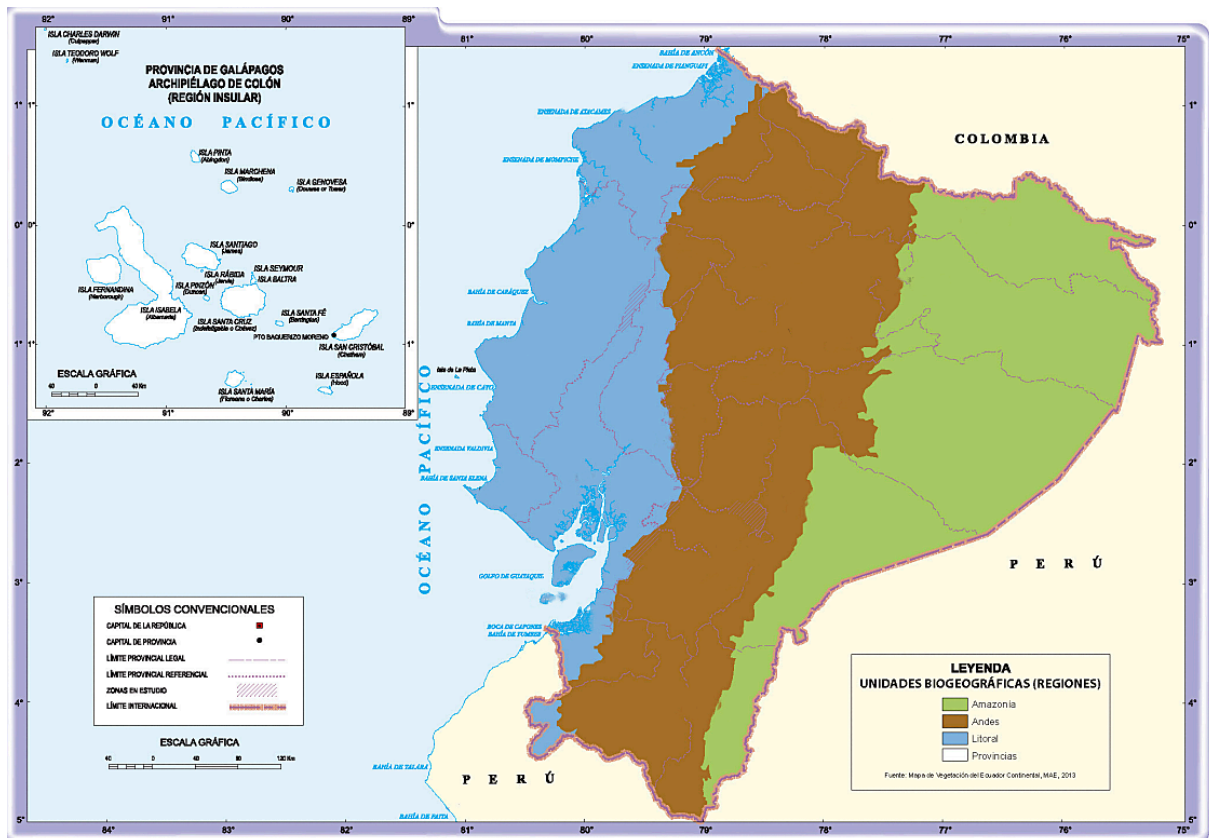
---

<sup>1</sup> Para mais informações sobre a Grã-Colômbia ver Mora (2008)



petróleo é o que predomina (Filippi; Matos, 2022). Na imagem abaixo é possível observar a divisão destas três regiões geográficas.

**Figura 3: Mapa com representação das três regiões geográficas do Equador**



**Fonte:** Atlas para la enseñanza del entorno natural y social - (IGM). Ecuador, 2015

Filippi e Matos (2022), considerando os ciclos econômicos equatorianos, argumentam que as características naturais dessas três regiões “influenciaram a estruturação econômica do país no decorrer do século XX e interferiram tanto na construção da sociedade como também forjaram as estruturas produtivas domésticas” (Filippi; Matos, 2022, p.156). Com a cautela de não incorrer em determinismo geográfico, é possível compreender a afirmação dos referidos autores, ao considerar que os três ciclos econômicos do país foram desencadeados por produtos (cacau, banana e petróleo) cuja produção/extração possui relação com características naturais de algumas regiões, particularmente, solo e clima, da Costa e da Amazônia. Todavia, vale ressaltar que o desenvolvimento destes ciclos, não se vincula apenas a aspectos físicos do país, mas também possui estreita relação com conjunturas da economia internacional, sobretudo, a demanda de países centrais por alimentos e matérias-primas, o que contribui para a inserção do Equador na economia global como provedor para o centro do capital.

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

Como mencionado na introdução deste trabalho, alguns conceitos e teorias são salutares para a discussão que propomos, deste modo, entendemos ser importante dedicar uma seção a trazer suas definições ou, pelo menos, a interpretação em relação a eles, a partir da qual se construiu nossa perspectiva de análise. Assim, não pretendemos esgotar possíveis debates sobre as definições ou significados, que possam, eventualmente, envolver tais conceitos, mas apenas apresentar o conteúdo que cada um deles carrega e que se mostrou importante para este trabalho.

#### 3.1 NEOEXTRATIVISMO, PRIMARIZAÇÃO ECONÔMICA E DEPENDÊNCIA

A história da América Latina, pelo menos a história pós “descobrimento” ou invasão, foi profundamente marcada pela extração predatória de bens naturais que configurou o modo de acumulação capitalista do período colonial. Fazendo referência a este período, Alberto Acosta afirma, “o extrativismo é uma modalidade de acumulação que começou a ser forjada maciçamente há quinhentos anos” (Acosta, 2012, s/n)<sup>2</sup>. Neste mesmo sentido, Quijano (2005), reafirma a relação entre colonialismo/colonialidade e capitalismo.

A progressiva monetarização do mercado mundial que os metais preciosos da América estimulavam e permitiam, bem como o controle de tão abundantes recursos, possibilitou aos brancos o controle da vasta rede pré-existente de intercâmbio que incluía sobretudo China, Índia, Ceilão, Egito, Síria, os futuros Orientes Médio e Extremo. Isso também permitiu-lhes concentrar o controle do capital comercial, do trabalho e dos recursos de produção no conjunto do mercado mundial. E tudo isso, foi, posteriormente, reforçado e consolidado através da expansão e da dominação colonial branca sobre as diversas populações mundiais.

Mesmo com os processos de independência em relação às metrópoles, os países do cone sul não tiveram efetiva emancipação do seu papel de exportadores de matérias primas, haja vista os diferentes ciclos econômicos que ocorreram em países latino-americanos nos séculos XIX e XX baseados no atendimento das demandas de países “centrais”, processos estes que consolidaram a região como exportadora de produtos primários na divisão internacional do trabalho.

Com forte referência ao extrativismo tradicional do período colonial, o neoextrativismo é um conceito originado no âmbito de discussões latino-americanas sobre as novas formas de apropriação da natureza que ocorrem através das relações assimétricas, mas

---

<sup>2</sup> Disponível em:

<https://www.ecopoliticavenezuela.org/wp-content/uploads/2018/03/neextractivismo-Alberto-Acosta.pdf>

também de responsabilidade compartilhada entre o Norte e o Sul globais, tratando-se, portanto, de um conceito com forte teor político e um evidente caráter denunciativo, sobretudo, em relação aos imaginários hegemônicos de desenvolvimento (Svampa, 2019).

Para Maristella Svampa:

O neoextrativismo contemporâneo pode ser caracterizado como um modelo de desenvolvimento baseado na superexploração de bens naturais, cada vez mais escassos, em grande parte não renováveis, assim como na expansão das fronteiras de exploração para territórios antes considerados improdutivos do ponto de vista do capital. Ele se caracteriza pela orientação da exportação de bens primários em grande escala, incluindo hidrocarbonetos (gás e petróleo), metais e minerais (cobre, ouro, prata, estanho, bauxita e zinco, entre outros) e produtos ligados ao novo paradigma agrário (soja, dendê, cana-de-açúcar). (Svampa, 2019, p.33)

Todavia, o conceito não diz respeito apenas às atividades que envolvem extração de bens naturais propriamente ditas, mas também à construção de infraestruturas e grandes projetos que envolvem geração de energia e escoamento de produtos para exportação, em suma, o conceito faz analogia ao ideal desenvolvimentista baseado no produtivismo, estando em estreita relação com o que Svampa (2019) denomina de “Consenso das Commodities”. Fazendo referência ao Consenso de Washington, com primazia para a economia financeira e ajustes fiscais, a autora defende que a partir dos anos 2000, as economias latino-americanas, independentemente do espectro político de seus governos, apostaram num novo modelo de desenvolvimento, baseado na intensificação da produção e exportação de produtos primários.

Na América Latina, o neoextrativismo se expandiu em um contexto de mudança de época, marcado pela passagem do Consenso de Washington, associado à valorização financeira e ao ajuste estrutural, ao Consenso das Commodities, baseado na exportação em larga escala de bens primários, no crescimento econômico e na expansão do consumo (Svampa, 2019, p.36).

Certamente, os altos preços internacionais dos produtos primários, verificados na primeira década dos 2000, que impulsionou o chamado *boom das commodities*, contribuíram para o aprofundamento da tendência política a ver nas exportações de bens primários um caminho para o desenvolvimento. Mas aspectos da nova conjuntura mundial como a ascensão da China também é um fator a ser levado em conta para interpretarmos o processo de expansão do neoextrativismo na América Latina, sobretudo, quando se considera a ampliação do mercado de bens primários relacionada a alta demanda chinesa por este tipo de produto. Sobre o papel do país asiático, Svampa escreve que:

[...] no contexto geopolítico atual, em que o grande país asiático aparece como nova potência, o neoextrativismo nos permite ler o processo de reconfiguração global, que, a partir da periferia, vai se traduzindo na expansão das fronteiras das commodities e por uma reprimarização vertiginosa das economias (Svampa, 2019, p.31)

Acerca do processo de reprimarização das economias citado por Svampa, cabe dizer que, ao utilizar a expressão “reprimarização”, se faz referência a consolidação do setor primário da economia como principal meio de geração de riqueza e desenvolvimento. Ou seja, o termo remete à intensificação da produção e exportação de commodities, dessa forma, ao processo de expansão da produção primária em contraposição a redução da produção e exportação de bens manufaturados ou de alto valor agregado, consolidando a economia primária como principal atividade econômica. Esta relação entre o aumento da exportação de commodities ou do que se denomina de maneira ampla de “recursos naturais” e o declínio do setor manufatureiro, conhecida como “doença holandesa” (Palma, 2005), também pode se traduzir em desindustrialização, ou, de forma mais apropriada ao contexto latino-americano, desindustrialização precoce, uma vez que os países da região nunca conseguiram consolidar um amplo projeto de industrialização. Deste modo, reprimarização enuncia o reforço da característica agro-exportadora dos países da região e suscita debates acerca da sustentabilidade deste modelo, das estratégias de acumulação do capital internacional que influencia na dinâmica econômica de países periféricos (Sawaya, 2022), bem como, desperta discussões que podem ser feitas à luz da Teoria da Dependência (Marini, 2005; Marques, 2013).

A Teoria da Dependência surge no final da década de 1960 no contexto de um amplo debate sobre as causas do subdesenvolvimento de países periféricos, em particular, da América Latina, e o que seria necessário para superar esta condição. Cabe ressaltar que, essa teoria não é necessariamente um conjunto de ideias unívocas, uma vez que, existem diversas interpretações sobre o processo de dependência e, em síntese, duas correntes principais da Teoria da Dependência, a marxista e a weberiana. Neste trabalho, nos referenciaremos apenas na vertente marxista, que tem como principais teóricos Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. De acordo com esta vertente, o desenvolvimento de um país periférico não depende apenas de fatores internos, pois o subdesenvolvimento não é resultado de insuficiências internas, nem mesmo da deterioração dos termos de troca, como naquele momento, era postulado pela CEPAL, mas uma condição historicamente produzida pela subordinação das economias periféricas às economias centrais, de modo que se perpetua uma relação de dominação, dentro da qual a economia emergente nunca alcança o pleno desenvolvimento (Valverde e Mercedes, 2016; Marini, 2005; Marques, 2013).

### 3.2 TERRITÓRIO

Território é um conceito utilizado em diferentes campos das ciências humanas, o que faz com que haja distintas formas de concepção e definição do termo. Mesmo dentro da Geografia é possível encontrar propostas que qualificam o conceito de território a partir de diferentes bases epistemológicas. Contudo, considerando que neste trabalho assuntos intrínsecos a América Latina estão sendo discutidos, verificou-se a pertinência de buscar a fundamentação teórica para o conceito em trabalhos que evocam uma perspectiva latino-americana sobre território, não apenas relativa a nacionalidade de quem escreve, mas sobretudo, pelo viés da decolonialidade do conhecimento e pela primazia de concepções que abordam a profunda relação entre o território e a vida. Assim, trabalhos recentes do geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert, como *Território(s) numa perspectiva latino-americana (2020a)*, *Território (2023)* e *Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais (2020b)*, trouxeram contribuições cruciais para a concepção de território que se busca valorizar neste trabalho.

Desta forma, território será lido numa perspectiva relacional, dentro do conjunto das relações sociais em suas dimensões, econômica, política e cultural (Raffestin, 1993), não como um elemento fixo mas como um processo, onde o poder está presente mas sua extensão não é o único elemento definidor dos limites territoriais e de constituição das territorialidades. O aspecto simbólico-afetivo terá primazia sobre o aspecto político-normativo do território. De acordo com Haesbaert (2023), são especificidades da leitura de território numa perspectiva latino-americana, a amplitude do conceito, a valorização de território como categoria da prática, a concepção de corpo-território, a transterritorialidade e a precarização territorial.

Em relação a amplitude, o território passa a ser visto como um “espaço integral de vida” (Haesbaert, 2023, p.4) fazendo a aproximação com as ideias trabalhadas pelo geógrafo brasileiro Milton Santos, sobretudo, em relação ao conceito de espaço geográfico (Santos, 2006). Por sua vez, território como categoria da prática, e não apenas como categoria analítica, do campo intelectual, é um aspecto importante das concepções sobre as quais se busca aproximação neste trabalho, porque evoca a dimensão de território como “espaço vivido” (Lefebvre, [1986] 2006, p.66), como elemento que constitui e ao mesmo tempo é constituído pelas práticas sociais, dando ao território significado e conteúdo, originando o que José Luís García, em *Antropologia del territorio (1976)*, chama de território “semantizado” (Haesbaert, [2004] 2024, p.70), ou ainda o que Milton Santos *et al* denominam de “território

usado”, que na perspectiva dos atores hegemonzados, se traduz em abrigo imbuído de significações (Santos *et al*, 2000, p.12)

Uma das especificidades da leitura que podemos denominar latino-americana sobre o território está ligada ao fato de que ela parte da esfera do vivido, das práticas ou, como enfatizava Milton Santos, do "uso" do território - mas um uso que se estende bem além do simples valor de uso, compreendendo também um expressivo valor simbólico. (Haesbaert, 2020, p.76)

Por sua vez, corpo-território e território-corpo (da terra), é uma concepção intimamente ligada às lutas sociais de mulheres e povos indígenas, onde o próprio corpo é visto como território e um espaço a ser defendido, “o primeiro território de luta” (Cruz Hernández, 2016, p.43), ao passo que o território também é visto como corpo, um corpo social, base da existência ou até mesmo extensão da corporeidade humana, no caso de algumas comunidades indígenas (Haesbaert, 2020b). Assim, território-corpo e corpo-território, é a conjugação do individual e do social que fundamenta as lutas de resistência ou as formas de r-existência nos termos de Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006). Para Haesbaert:

[...] Se o território é construído na luta, no embate diante de uma ameaça que, no extremo, é a ameaça à própria existência, frente à qual é preciso resistir - ele também é construído na luta por manter, por preservar a vida que se tem. [...] Defender é também zelar, cuidar daquele território sobre o qual nos consideramos responsáveis, em especial nosso corpo e sua extensão imediata, nossa casa, que constituem, juntos, nossa morada (Haesbaert, 2020b, p.87).

A transterritorialidade e a precarização territorial, dizem respeito, respectivamente, a possibilidade de articulação entre múltiplos territórios, inclusive como estratégia de sobrevivência e a processos de fragilização do território, ocasionando uma forma de desterritorialização vinculada às ações predatórias e de destruição ambiental, num contexto neoextrativista, que resulta no surgimento de “territórios excluídos” ou “interditados a qualquer usufruto social” (Haesbaert, 2023, p.5). Deste modo, considerando as lutas socioterritoriais de povos indígenas e camponeses do Equador, que se traduz na defesa de seus espaços de vida, tanto em sua dimensão material quanto cultural, frente ao avanço das fronteiras do neoextrativismo, a concepção de território exposta nos pareceu a mais pertinente com a discussão que se busca propor neste trabalho.

### 3.3 BUEN VIVIR E PLURINACIONALIDADE

*Buen vivir* ou Bem viver, na tradução ao português que mais se aproxima do sentido original do termo, é um conceito de vida transformado em princípio constitucional expresso em duas Constituições latino-americanas, a do Equador em 2008 e da Bolívia em 2009. O

termo tem origem em culturas indígenas andinas destes dois países, onde nos idiomas originários, no caso do Equador, *Buen vivir* remete a *sumak kawsay*, em kichwa (quíchua), e na Bolívia, a expressão é *Vivir Bien*, remetendo à *suma qamaña*, em aymara. Mas também, há noções similares na cultura de outros povos originários como os *mapuches* do Chile, os *kunas* do Panamá, os *shuar* e os *achuar* da Amazônia equatoriana, além de aparecer também em algumas tradições maias do México (Acosta, 2016).

Bem viver, como utilizaremos doravante, é mais um princípio do que um conceito teórico, ele faz menção a uma determinada forma de se relacionar com a natureza, esta por sua vez, compreendida com *Pacha Mama*, ou Mãe Terra, a natureza em sentido ontológico e que na Constituição equatoriana se tornou um sujeito de direito, própria da cultura de povos originários, e expressa a síntese de um modo de vida pautado no respeito ao meio ambiente, na coletividade, no questionamento da ideia moderna de desenvolvimento, sobretudo aquele de base produtivista, postulando o vínculo indissociável entre todas as formas de vida. Portanto, Bem Viver, nas palavras de Alberto Acosta, “apresenta-se como uma oportunidade para construir coletivamente novas alternativas de vida” (Acosta, 2016, p.23). Ele não é a idealização de novas e melhores formas de produção e acumulação de bens, nem mesmo, sobre redistribuição, nas palavras do autor, “definitivamente, não se trata de fazer as mesmas coisas de sempre com mais eficiência, esperando que, agora sim, os resultados sejam satisfatórios” (Acosta, 2016, p.20). Bem viver pressupõe enxergar o mundo de outra forma, pressupõe questionar a ideia moderna desenvolvimento, o consumo desenfreado, a competição, o individualismo, a separação e distanciamento entre vida humana e não humana, entre seres humanos que dominam e natureza dominada, o que não significa o fim da sociedade moderna ou um retorno a um passado remoto, Bem Viver é uma proposta de ressignificação dos nossos propósitos. Ainda nas palavras de Acosta:

O Bem Viver deve ser considerado parte de uma longa busca de alternativas de vida forjadas no calor das lutas populares, particularmente dos povos e nacionalidades indígenas. São ideias surgidas de grupos tradicionalmente marginalizados, excluídos, explorados e até mesmo dizimados. São propostas invisibilizadas por muito tempo, que agora convidam a romper radicalmente com conceitos assumidos como indiscutíveis. Estas visões pós-desenvolvimentistas superam as correntes heterodoxas, que na realidade miravam a "desenvolvimentos alternativos", quando é cada vez mais necessário criar "alternativas de desenvolvimento". É disso que se trata o Bem Viver. (Acosta, 2016, p.71)

Como princípio oriundo e representante do modo de ser e estar no mundo próprio dos povos indígenas cujas lutas em defesa do território estão sendo abordadas neste trabalho, frente às mazelas do imaginário ou ilusão desenvolvimentista, e em particular, no contexto

latino-americano representado pela expansão do neoextrativismo como caminho para o progresso, Bem Viver não poderia deixar de ser destacado neste trabalho, sim, porque se tornou um princípio constitucional do Equador, como resultado de lutas sociais, mas sobretudo, porque numa inversão da regra, representa alternativas vindas de sujeitos subalternizados, silenciados e muitas vezes dizimados e que apesar de todas estas adversidades, resistiu como síntese de um modo de vida com lições importantes para qualquer discussão sobre alternativas para um futuro melhor.

Outro conceito/princípio originado no âmbito das culturas indígenas andinas e que ganhou status constitucional é a ideia de Plurinacionalidade. A atual Constituição Equatoriana estabelece em seu artigo primeiro, que o Equador é um estado plurinacional, isto significa o reconhecimento de que não existe uma única nação equatoriana, mas um conjunto de nacionalidades no interior de um mesmo estado nacional. De acordo com Acosta (2016), não devemos confundir povos originários com nacionalidades, “em uma nacionalidade podem existir diversos povos, que mantêm características essenciais comuns, como idioma, mas com outros elementos que os diferenciam entre si”, deste modo, de acordo com o autor, o Equador teria quatorze nacionalidades (Acosta, 2016).

A reivindicação da plurinacionalidade no Equador, tem em sua gênese pelo menos duas matrizes, de acordo com Maldonado Bravo (2023), uma que remete ao intercâmbio de ideias entre pensadores equatorianos e soviéticos, aqui o pressuposto é que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foi a grande primeira experiência de estado moderno plurinacional, haja vista o grande número de nações que formavam o “bloco”. A difusão desta ideia é atrelada à destacada influência do etnólogo russo Yuri Zubritski, que esteve por longo período no Equador e inclusive manteve um programa de rádio apresentado em quéchua durante duas décadas (Maldonado Bravo, 2023). A outra matriz, responsável pelo fortalecimento da ideia de plurinacionalidade, está vinculada ao longo período de lutas que os povos originários enfrentaram no decorrer dos anos, o que Maldonado Bravo (2023) define como “acúmulo da práxis de libertação”, que contribuiu para que estes povos tomassem consciências de seus direitos coletivos e territoriais, ou seja, daquilo é necessário para a manutenção de suas vidas e culturas, e neste sentido, o Estado moderno homogeneizador, nunca os representou, portanto, a plurinacionalidade é uma crítica à própria concepção de estado e ao integracionismo (Schavelzon, 2015).

#### 4. CHINA: A ASCENSÃO DE UMA NOVA POTÊNCIA

Esta seção está constituída por tópicos que abordam a relação entre China e América Latina, de maneira geral, e entre China e Equador, em particular, sob a perspectiva da internacionalização da economia chinesa, sem deixar de discutir aspectos atuais da atuação geopolítica chinesa expressa em projetos como a Nova Rota da Seda.

##### 4.1 CHINA E AMÉRICA LATINA

Para contextualizar o cenário analisado, é importante recordar que o século XX foi marcado por diversos eventos com profundas implicações geopolíticas. Apenas a título de exemplo, podemos citar as duas Grandes Guerras, o surgimento e declínio da União Soviética, a consolidação dos Estados Unidos como a principal potência mundial, a criação da União Europeia e a ascensão de países asiáticos ao nível de potência. Todos esses eventos causaram profundas mudanças na ordem mundial então vigente, com reverberações que se estendem aos dias atuais. No entanto, a ascensão dos países asiáticos e, em particular da China, pode ser considerado o mais atual deles, pois trata-se de um fenômeno ainda em andamento, já consolidado, mas não findado, portanto, em processo, mesmo considerando casos como o do Japão que parece ter atingido o limite de sua ascensão no pós guerra, cabe destacar que a China ainda está em ascensão, ainda que num ritmo menor, em termos de crescimento econômico. De todo modo, é importante ressaltar que o processo de desenvolvimento do gigante asiático, ao qual aludimos, tem etapas historicamente bem demarcadas, dentre as quais é de especial interesse para este trabalho o estabelecimento de relações comerciais deste país com a América Latina.

Ao longo do século XX os Estados Unidos foram a principal potência a estabelecer laços comerciais bem consolidados com a América Latina em função de seu projeto hegemônico, que buscava não apenas benefícios comerciais, mas também a constituição de uma conjuntura político-ideológica na região, favorável à manutenção da sua hegemonia no plano internacional, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX, e em particular, no período de Guerra Fria (Lowenthal, 1989 *apud* Silva, 2021), mas também em razão da exportação e afirmação do modelo de política econômica neoliberal para a região, no passado recente (Herz, 2002 *apud* Silva, 2021), bem como, dentre outros interesses políticos que justificaram inclusive o apoio a golpes de estado e ao estabelecimento de ditaduras em diversos países latino-americanos. Não sem consequências, evidentemente, pois a movimentação imperialista americana sempre gerou movimentos contestatórios, fazendo com

que a relação norte-americana com a região, a despeito da manutenção de muitos acordos comerciais, seja marcada por tensões de longas datas (Araújo e Alonso, 2018). Todavia, é importante ressaltar que mais recentemente, até mesmo no âmbito comercial, os EUA vêm perdendo protagonismo na relação com a América Latina, apresentando mudanças de direções de sua política externa para a região, como aponta Craig Vangrasstek:

[...] depois de algumas décadas buscando iniciativas voltadas para a promoção de relações econômicas interamericanas mais próximas, que se reuniram com graus amplamente variáveis de sucesso, os EUA agora estão se afastando de seus parceiros do Sul. Isso pode ser visto não apenas nos dados econômicos, que mostram que o comércio estagnou e o capital de investimento dos EUA está sendo redirecionado para outras regiões, mas também na reversão de iniciativas comerciais. [...] As relações econômicas entre os EUA e seus parceiros latinoamericanos e caribenhos, portanto, estão se afastando, e há todos os motivos para esperar que eles se tornem mais distantes e controversos nos próximos anos. (Vangrasstek, p.806, 2017)

O autor ainda destaca que entre 1991 e 2006, os EUA firmaram onze acordos comerciais com países da região, mas desde então, nenhum outro grande acordo bilateral, nos moldes dos já citados, foi firmado. Pelo contrário, na gestão de Donald Trump, as ações foram em direção oposta, uma vez que o então presidente retirou os EUA de um acordo que estava sendo negociado, no qual três países latino-americanos eram membros, e pediu renegociação e revisão de vários outros (Vangrasstek, 2017). Este distanciamento, mesmo não sendo necessariamente consequência direta, coincide com a aproximação e a crescente participação chinesa no mercado latinoamericano, em especial, com países do sul do continente. De acordo com Silva (2021):

Em diversos países sul-americanos a China já ultrapassou os Estados Unidos como maior consumidor e fornecedor de produtos. O Diretório de Comércio do FMI aponta que em 2015 países como Cuba, Brasil, Argentina, Peru, Uruguai e Chile tinham mais proximidade comercial com a China do que com os EUA, importando maior quantidade de produtos chineses e exportando em maior quantidade para o país asiático. (Silva, 2021, p.120502)

Esta aproximação comercial entre China e América Latina tem como principal razão o aumento da demanda chinesa por produtos primários, decorrente da intensificação de seu desenvolvimento econômico, tecnológico e industrial. Em outras palavras, a expansão da economia chinesa é acompanhada por um aumento nas necessidades de obtenção de volumes cada vez maiores de matérias-primas, essenciais para sua indústria. Além disso, há um crescimento na demanda por outras commodities e gêneros alimentícios, resultado do alto índice populacional e, principalmente, da elevação do poder de consumo gerada pelo desenvolvimento econômico. Em contrapartida, a América Latina é reconhecidamente uma região com alto índice de produção de produtos primários, o que torna razoável o crescente

interesse chinês em estabelecer acordos comerciais com países da região. Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), realizados no âmbito do projeto *Panorama da China: economia, sociedade e relações internacionais*<sup>3</sup>, cujo objetivo é demonstrar a evolução das relações econômicas entre a China e países da América Latina e Caribe, mostram que entre os anos de 1999 e 2014, o valor das importações chinesas da América Latina e Caribe aumentou mais de quarenta vezes e as exportações para a região mais de 25 vezes. Por exemplo, ainda de acordo com os estudos citados, no ano de 2000 as exportações latino-americanas para a China foram da ordem de US\$3,8 bilhões. Dez anos depois, em 2010, as exportações chegaram a US\$67,8 bilhões. Em 2020, US\$136 bilhões, ou seja, um aumento de 36 vezes em 20 anos. Além disso, cabe ressaltar que o avanço e a expansão do comércio entre a China e a América Latina, é apenas um indicativo do crescente interesse chinês pela região, considerando que esta parceria é estratégica para a sustentabilidade da hegemonia chinesa no mundo, podemos afirmar que este aprofundamento de relações faz parte de um projeto político e de poder, e não apenas econômico, do país asiático. Esta perspectiva será melhor abordada adiante quando tratarmos sobre a iniciativa chinesa denominada de Nova Rota da Seda.

## 4.2 CHINA E EQUADOR

No que diz respeito ao Equador, especificamente, a sua relação com a China se dá oficialmente em 1973, quando o país latinoamericano negocia a exportação de 20 mil toneladas de bananas para a China. Os anos seguintes são de estreitamento desta relação com o aprofundamento de laços diplomáticos e a abertura, em 1980 e 1981, de suas embaixadas em Quito e Pequim, respectivamente (Garzón e Castro, 2018). No decorrer das duas décadas seguintes, a relação bilateral entre estes dois países foi limitada. No entanto, nos primeiros anos do século XXI, ela progrediu para o que se pode caracterizar como um relacionamento de nível estratégico, sobretudo, durante a gestão de Rafael Correa, que teve início em 2007, sendo que uma década depois do final de sua presidência, o Equador havia se tornado o quarto maior beneficiário de investimentos chineses no mundo (*Latinoamérica Sustentable*, 2023a)<sup>4</sup>. Governos seguintes mantiveram a China como um parceiro estratégico, a exemplo de

---

<sup>3</sup> Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13504-estudos-analisam-a-evolucao-do-comercio-entre-a-china-e-os-paises-da-america-latina-e-caribe#:~:text=Os%20estudos%20mostram%20a%20evolu%C3%A7%C3%A3o,US%24%2031%2C1%20bilh%C3%B5es.>

<sup>4</sup> Disponível em:

[https://www.rosalux.de/fileadmin/rls\\_uploads/pdfs/sonst\\_publicationen/free-trade-agreement-china-ecuador.pdf](https://www.rosalux.de/fileadmin/rls_uploads/pdfs/sonst_publicationen/free-trade-agreement-china-ecuador.pdf)

Guillermo Lasso, que se tornou presidente em 2021, com um discurso de abertura do país ao comércio, quase sem precedentes, prometendo a assinatura de pelo menos dez acordos comerciais com diferentes países, até 2025 (Benarroch e Brik, 2021 *apud Latinoamérica Sustentable*, 2023a). Como se sabe, Lasso não poderá cumprir sua promessa porque deixou o cargo antes do fim de seu mandato, ao dissolver o parlamento e convocar novas eleições em 2023. Todavia, deixou como legado o estabelecimento de um Tratado de Livre Comércio (TLC) com a China. O TLC é um dos mais importantes mecanismos no âmbito dos acordos comerciais, uma vez que ele representa o maior nível de abertura do comércio no âmbito das relações entre os dois países, com a eliminação de restrições e barreiras comerciais e a possibilidade de diversificação da cesta de exportações.

Contudo, o estreitamento das relações comerciais entre estes dois países tem suscitado debates, especialmente no que diz respeito aos impactos dos projetos de natureza extrativista que fundamentam os interesses chineses na América Latina, em particular no Equador, onde algumas áreas de interesse são ambientalmente sensíveis, tanto pela riqueza da biodiversidade como pela presença de povos originários. A título de exemplo, podemos citar a exploração de petróleo feita por empresas chinesas no Bloco-43 que compreende parte do Parque Nacional de Yasuní, área da Amazônia equatoriana com uma das maiores biodiversidade do mundo, reconhecida pela UNESCO, e com registro da presença de povos isolados, cuja permissão de exploração foi, inclusive, objeto de plebiscito realizado em 2023, através do qual o povo equatoriano votou, em maioria, pela interrupção imediata das operações no local. No entanto, poucos meses depois do plebiscito, em fevereiro de 2024, a Assembleia Nacional (parlamento equatoriano), ratificou o já citado Tratado de Livre Comércio com a China, que entrou em vigor em 1º de maio de 2024. Ou seja, a política institucional parece ir na contramão dos anseios expressos pela população. Sobre os impactos deste acordo, a já citada publicação da *Latinoamérica Sustentable* (2023a), diz:

Embora não existam estudos aprofundados sobre os impactos positivos ou negativos do TLC com a China, há evidências abundantes dos desafios que estes tipos de acordos com potências tradicionais impuseram aos países exportadores de commodities, onde a dependência de commodities, a reprimarização, e a desindustrialização tende a aprofundar-se, gerando efeitos adversos na economia, nos direitos humanos e no meio ambiente. (*Latinoamérica Sustentable*, 2023a, p.10 - tradução nossa)

Diversos grupos da sociedade equatoriana têm expressado preocupações em relação ao avanço do extrativismo impulsionado pelos investimentos externos, mas os povos originários, em especial, têm tomado a dianteira dessa luta através de suas organizações representativas.

Vale dizer que o Equador tem uma história recente fortemente marcada pelo protagonismo político dos povos indígenas, através da luta coletiva. Grandes movimentos de protestos e greves foram organizados a partir de 1990, chamados de *levantamientos* e desde então, pode-se considerar que o movimento indígena equatoriano se constituiu como um importante ator da política nacional, conquistando avanços significativos em relação aos seus direitos. O partido Pachakutik, também conhecido como *Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik (MUPP-18)*, criado em 1995, e de orientação indigenista, liderado pela Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), tem importantes resultados eleitorais, sobretudo em eleições seccionais, é apenas um exemplo dos avanços políticos resultantes das mobilizações indígenas (Maldonado, 2018), assim como, o reconhecimento através da Constituição de que o Equador é um Estado plurinacional, o que significa dizer que se reconhece oficialmente a existências de diferentes nações dentro de um mesmo Estado soberano, e mais importante ainda, do ponto de vista jurídico, que estes diferentes grupos étnicos e culturais têm direitos específicos. Assim, este cenário faz com que o Equador com suas particularidades, se torne nas circunstâncias atuais, um importante objeto de estudo e reflexão acerca da luta coletiva de r-existência.

#### 4.3 A NOVA ROTA DA SEDA

A Nova Rota da Seda é uma iniciativa chinesa, conhecida em publicações pela expressão em inglês *Belt and Road Initiative (BRI)* ou também, *One Belt One Road Initiative (Obor)*, tendo, todavia, como nome oficial “Cinturão Econômico da Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do Século XXI” (Salvagni *et al*, 2022; Carletti; Kotz; Correia, 2019). Neste trabalho, para facilitar a escrita e a leitura, designaremos a iniciativa como Nova Rota da Seda usando a sigla NRS. Oficialmente, o projeto foi anunciado em 2013 pelo recém empossado presidente Xi Jinping (2013-atual) e se tornou a principal iniciativa da política externa chinesa na atualidade, fazendo referência às antigas redes de rotas comerciais iniciadas por volta de 130 a.C. que duraram até meados do século XV, historicamente conhecidas pelo termo, “Rota da Seda” cunhado pelo geógrafo alemão, Ferdinand von Richthofen, em 1877 (Salvagni *et al*, 2022).<sup>5</sup>

De acordo com Mendonça, Lopes Filho e Oliveira (2021), o lançamento da proposta ocorreu entre setembro e outubro daquele ano, durante as visitas de Xi Jinping ao Cazaquistão e à Indonésia, respectivamente.

---

<sup>5</sup> Ver mais em: [https://www.worldhistory.org/Silk\\_Road/](https://www.worldhistory.org/Silk_Road/)

Como a nomenclatura oficial sugere, o projeto tem dois componentes principais, um terrestre e um marítimo, e trata-se, principalmente, da construção de infraestruturas em países parceiros, que manifestaram ou venham a manifestar interesse em aderir ao projeto, cuja finalidade imediata é a constituição de uma cadeia logística em nível global, através de corredores econômicos, marítimos e terrestres, que conectarão a China com mais de uma centena de países ao redor do mundo. Inicialmente a parte terrestre, também denominada de *Silk Economic Road*, teve como principal objetivo, conectar a China com a Eurásia continental, e a parte marítima, *Maritime Silk Road*, conectar portos chineses do sudeste asiático a países da costa africana no Oceano Índico, além de passar pelo Canal de Suez, Mar Mediterrâneo e, posteriormente, em 2018, pela América Latina (Carletti; Kotz; Correia, 2019).

Grande parte dos projetos se concentram na construção, reforma e ampliação de ferrovias e portos, mas não se resume a este tipo de infraestrutura, cada país participante da iniciativa acorda junto à China, os projetos no nível nacional, ou seja, apesar de ter uma finalidade específica, a NRS não é um plano rígido baseado em pré-determinações, de acordo com Santoro (2019), podemos considerar que a NRS é um processo e apresenta potencial de adaptação às circunstâncias, flexibilidade e, por isso, distintas possibilidades políticas e econômicas para os participantes (Santoro, 2019; Lopes Filho *et al*, 2022). Nesta mesma linha, Carletti, Kotz e Correia (2019), afirmam que apesar da China estimular cooperações multilaterais, e este é um aspecto relevante que será trazido mais adiante, no âmbito da NRS “a China costuma realizar negociações bilaterais com os países receptores dos investimentos em infraestrutura” (Carletti; Kotz; Correia, 2019, p.236).

O escopo inicial do projeto abrangia aproximadamente 65 países, por meio de seis corredores econômicos, que seriam: 1) China - Mongólia - Rússia; 2) Nova Ponte Terrestre da Eurásia; 3) China - Ásia Central - Ásia Ocidental; 4) Bangladesh - China - Índia - Mianmar (BCIM); 5) China - Península da Indochina; 6) China - Paquistão (Mendonça; Lopes Filho; Oliveira, 2021; Carletti; Kotz; Correia, 2019). Além disso, abrangeria cerca de 30% do PIB global e aproximadamente 60% da população mundial (Mendonça; Lopes Filho; Oliveira, 2021; Carletti; Kotz; Correia, 2019; Salvagni *et al*, 2022). Todavia, praticamente dobrou o número de países envolvidos, de acordo com Mendonça, Lopes Filho e Oliveira (2021), “a China seguiu formalizando memorandos de entendimento com outras nações interessadas, chegando a um total de 139 países de distintas regiões e diferentes níveis de renda em 2021”

(Mendonça; Lopes Filho; Oliveira, 2021, p.14). Ainda de acordo com os(as) mesmos(as) autores(as):

A abrangência da Nova Rota da Seda estende-se atualmente de leste a oeste, do Pacífico à Europa, com conexões com as regiões oriental e central da Ásia, expandindo-se para Rússia, Europa Central e Oriental e África, atingindo também a Europa Ocidental e até mesmo a América Latina (Mendonça; Lopes Filho; Oliveira, 2021, p.14).

Segundo Lopes Filho *et al* (2022), o governo chinês define a NRS como um empreendimento geoeconômico multifacetado que se baseia na coordenação política entre as nações integrantes, na construção de infraestrutura, facilitação de investimentos e comércio, integração financeira e nos contatos interpessoais.<sup>6</sup> Entretanto, estes princípios norteadores, que também podem ser considerados como objetivos da iniciativa, não são suficientes para desvelar, na integralidade, as razões por trás de uma proposta tão audaciosa como a NRS, o que faz com que existam diversas linhas interpretativas que buscam compreender e explicar os motivos que levaram o governo Chinês a se engajar em um projeto de tamanha amplitude. Cabe ressaltar que não nos aprofundaremos no debate sobre a real finalidade da NRS, tentando estabelecer uma resposta definitiva, justamente por se tratar de um tema de alta complexidade que não pode ser devidamente apreendido apenas nesta seção, nos limitarmos, portanto, a citar as principais perspectivas interpretativas, uma vez que, o objetivo desta seção é apresentar aspectos gerais da NRS e, sendo a principal iniciativa da política externa chinesa, como ela se relaciona com a exploração de recursos naturais, especialmente. porque neste âmbito, ela tem sido um mecanismo de aprofundamento das relações entre China e América Latina, bem como, com o Equador.

Assim, com base nas principais perspectivas interpretativas sobre a propositura da NRS, podemos dizer que ela está diretamente relacionada com a ascensão econômica da China. Para Lopes Filho *et al* (2022), “a ascensão econômica, financeira e tecnológica da China representa um fenômeno global e que se manifesta de forma nítida, com implicações diretas sobre a distribuição de poder e riqueza internacional” (Lopes Filho *et al*, 2022, p.88). Deste modo, a NRS pode ser compreendida como uma etapa do processo de internacionalização da economia chinesa, iniciado na virada do século, quando em 1999 durante o 16º Congresso do Partido Comunista Chinês (PCCh), a governo lançou as diretrizes da estratégia conhecida como *Going Global*, cujo objetivo era a internacionalização de empresas chinesas, em busca de ampliar seus mercados e obter recursos (Lopes Filho *et al*,

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://bit.ly/3HLQ8nT>

2022). Cintra e Pinto (2017), afirmam que a referida estratégia possuía quatro objetivos principais, quais sejam, facilitar a internacionalização de empresas chinesas, incentivando a elevação dos investimentos no exterior; melhorar a qualidade dos projetos; diminuir o controle rígido sobre o capital e criar novos canais de financiamento; agregar as políticas de internacionalização com outras ações no plano internacional, a fim de aumentar o reconhecimento de marcas chinesas (Cintra e Pinto, 2017; Mendonça; Lopes Filho; Oliveira, 2021). Logo em seguida, em 2001, a China ingressou na Organização Mundial do Comércio (OMC), consolidando seus movimentos no sentido de se integrar às cadeias de produção e comércio internacional (Lopes Filho *et al*, 2022).

Para Hung (2018) este processo de internacionalização da economia chinesa está intimamente ligado com a necessidade de exportar capital perante a ocorrência de crises de superacumulação. De acordo com o autor:

Crises de superacumulação são tão velhas quanto o próprio capitalismo. Como Lênin (1917) já diagnosticava há muito tempo em sua obra *Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*, uma crise de superacumulação dentro de uma economia doméstica leva os capitalistas a exportar capital em busca de lugares com taxas de lucro mais altas. Foi exatamente assim que o capital industrial do centro foi realocado para a Ásia e para a China depois dos anos 1970. Agora é a vez da China se tornar a vítima desse efeito e ter a necessidade de exportar capital. (Hung, 2018, p.7)

O papel central na NRS de bancos chineses, que constituem um amplo sistema de financiamento e investimento internacionais, como os bancos públicos de desenvolvimento (*policy bank*), bancos multilaterais de desenvolvimento dos quais a China faz parte e os bancos comerciais chineses (Mendonça; Lopes Filho; Oliveira, 2021), que, em alguma medida, já estiveram presentes na estratégia *going global*, como é o caso do Banco de Desenvolvimento da China (*China Development Bank* - CDB) e Banco de Exportação e Importação da China (*China Exim Bank* - CHEXIM) (Jenkins, 2019 *apud* Mendonça; Lopes Filho; Oliveira, 2021), ajuda a corroborar a afirmação de Hung (2017), sobre exportação de capital, uma vez que, estas instituições financeiras chinesas realizaram aportes bilionários em projetos internacionais, e têm vultosos valores a serem empenhados na execução de projetos da NRS.

Há também autores que defendem que a internacionalização da economia chinesa está mais relacionada com a necessidade de se obter matérias-primas ou recursos naturais, de modo geral, com o objetivo de sustentar sua crescente demanda. De acordo com Mendonça, Lopes Filho e Oliveira (2021), “para dar conta da crescente demanda por recursos para

sustentar o acelerado ritmo de crescimento, o Estado decidiu encorajar a internacionalização das empresas chinesas” (Mendonça; Lopes Filho; Oliveira, 2021, p.11), a ideia era projetar internacionalmente empresas já competitivas, e criar grandes representantes em segmentos específicos, aumentando a importância e o impacto delas para as cadeias produtivas globais, nestas circunstâncias, obter acesso à recursos se torna menos dificultoso. Nesta perspectiva, a NRS seria mais um projeto com a finalidade de assegurar à China acesso a recursos naturais, principalmente. Há ainda, em resumo, a ideia de que todo esse processo trata-se de um projeto de globalização com características chinesas (Pautasso *et al*, 2020; Mendonça; Lopes Filho; Oliveira, 2021; Lopes Filho *et al*. 2022).

Cabe destacar ainda, perspectivas que se baseiam em teorias da geopolítica clássica para argumentar que a NRS se trata, sobretudo, de um projeto de poder que visa a consolidação hegemônica da China, em escala global. De acordo com estas interpretações nós estamos vivendo um período de transição hegemônica (Arrighi, 2006), condição que representaria concomitantemente o declínio de uma nação dominante e a ascensão de uma nova potência, sendo que, Estados Unidos e China representariam estes papéis, respectivamente. Baseada em Wallerstein (2004) e Arrighi (2006), Ana Karolina Morais da Silva (2022), afirma que, na história do sistema-mundo moderno três potências assumiram a hegemonia, a saber, Holanda, no século XVII, Reino Unido, no século XIX, e os Estados Unidos, no século XX. Aqui, o conceito de hegemonia também tem por fundamento a obra de Wallerstein e Arrighi, que de modo geral, podemos definir como a “capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas” (Arrighi, 2006, p.27), ou uma situação de desequilíbrio na concorrência interestatal entre as “superpotências mundiais”, de modo que uma se sobressai e consegue impor suas próprias regras nos âmbitos econômico, político, militar, diplomático e cultural (Wallerstein, 1988 *apud* Silva, 2022). Neste sentido, a NRS seria a maneira através da qual a China consolidaria sua hegemonia no mundo.

Para fundamentar esta perspectiva, Salvagni *et al*. (2022), Carletti, Kotz e Correia (2019) e Carmona (2017), dentre outros(as), se valem das contribuições de autores da geopolítica clássica como Mackinder (1861-1947) e Alfred Thayer Mahan (1840-1914). De acordo com Carmona:

A iniciativa OBOR (*One Belt, One Road Initiative ou Nova Rota da Seda*) tem uma dimensão terrestre e outra naval. Deve ser lida, apesar da negativa chinesa, pelas chaves geopolítica, geoeconômica e geoestratégica. Em grande medida trata-se de manobra territorial diante da política de cerco e contenção a que é submetida.

Pode-se dizer que a China ressuscita Mackinder e Mahan. (Carmona, 2017, p. 95 - grifo nosso)

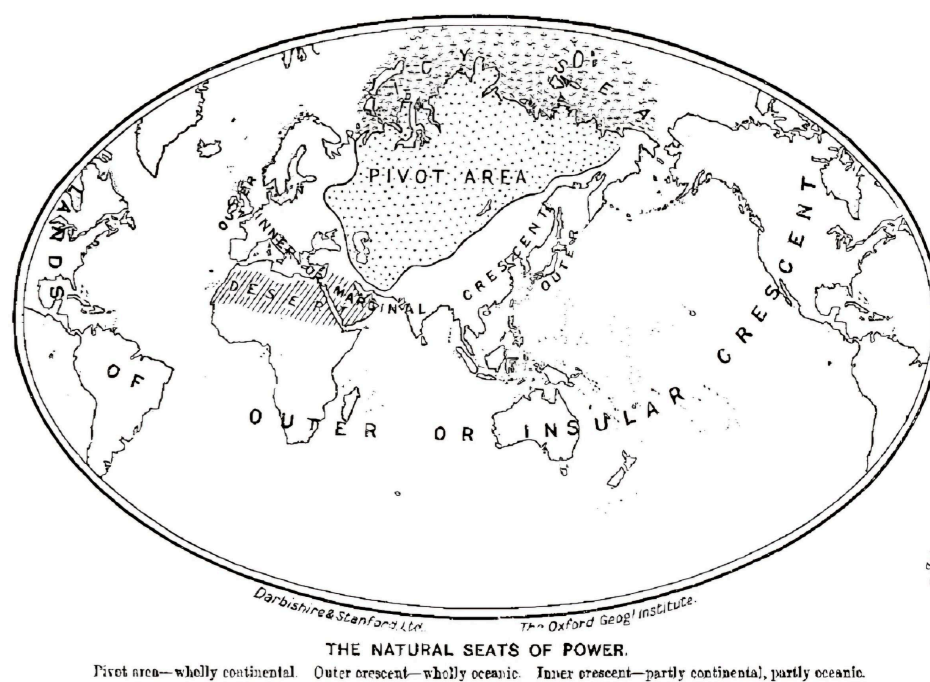
Alfred Thayer Mahan (1840-1914) foi um oficial da marinha estadunidense que se destacou como instrutor na Escola Naval, na Escola de Guerra Naval e como teórico. Em 1890 ele lançou sua obra clássica *The Influence of Sea Power upon History (1660-1783)*, um tratado teórico sobre a importância do poder marítimo, escrito a partir da análise da experiência histórica da Grã-Bretanha que dominou os mares por trezentos anos, se tornando uma das três hegemonias citadas acima.

De acordo com Violante (2015) Mahan tinha três objetivos principais com sua teoria, quais sejam, demonstrar a importância do mar e, conseqüentemente, do poder marítimo para o desenvolvimento de uma nação, compreender os princípios da guerra marítima através de uma análise histórica e despertar na política americana a consciência do poder naval e marítimo (Violante, 2015). Ainda de acordo com Violante, para alcançar tais objetivos, Mahan utilizou como métodos, “a) o estudo da História como ferramenta; b) a introspecção como início da sistematização teórica; c) analogias entre a guerra terrestre e naval; e d) o exemplo da Grã-Bretanha” (Violante, 2015, p.227). Em resumo, Mahan lançou um paradigma sobre o papel do poder marítimo na constituição da hegemonia de uma nação e a China poderia estar se valendo deste referencial teórico da geopolítica para promover condições favoráveis ao seu desenvolvimento através do domínio dos mares.

Somando-se a isso, uma vez que a NRS possui dois componentes, o marítimo e o terrestre, a grande teoria clássica que fundamentaria os esforços da China em se conectar com a Europa e a Ásia, seria a teoria do *Heartland*, proposta pelo geógrafo britânico Halford John Mackinder (1861-1947), descrita em um texto lido na Conferência da *Royal Geographical Society*, em janeiro de 1904, e posteriormente publicado no *The Geographical Journal*, em abril do mesmo ano, com o título *The Geographical Pivot History (O Pivô Geográfico da História)* (Vassalai, 2011; [Mackinder, 1904]). Neste texto, Mackinder postula sua tese ao descrever a importância estratégica de uma área geográfica específica, a zona pivô ou *heartland*, que seria a Eurásia. Partes da Europa, sobretudo oriental e partes da Ásia formariam a região mais importante do planeta, no que diz respeito à disponibilidade de recursos e aspectos geográficos considerados estratégicos, como relevo e acesso a importantes mares, de modo que, para Mackinder, a nação que conseguisse exercer influência sobre a *heartland*, conseguiria as condições suficientes para projetar seu poder em nível global, conquistando também a *World-Island*, que compreende a Europa, Ásia e África, e assim,

o domínio global. A importância desta teoria para a geopolítica clássica e o fato de a China estar avançando o componente terrestre da NRS, justamente para a Eurásia, explica as ponderações sobre a possibilidade de a iniciativa significar mais do que a construção de um corredor econômico.

**Figura 4: Representação da *Heartland* de Halford John Mackinder**



**Fonte:** *The Geographical Journal* (1904) - JSTOR

Vale dizer que estas teorias geopolíticas clássicas, apesar de serem formulações feitas no passado, em circunstâncias e conjunturas bastantes distintas das atuais, ainda possuem prestígio porque são as bases de formulações mais recentes.

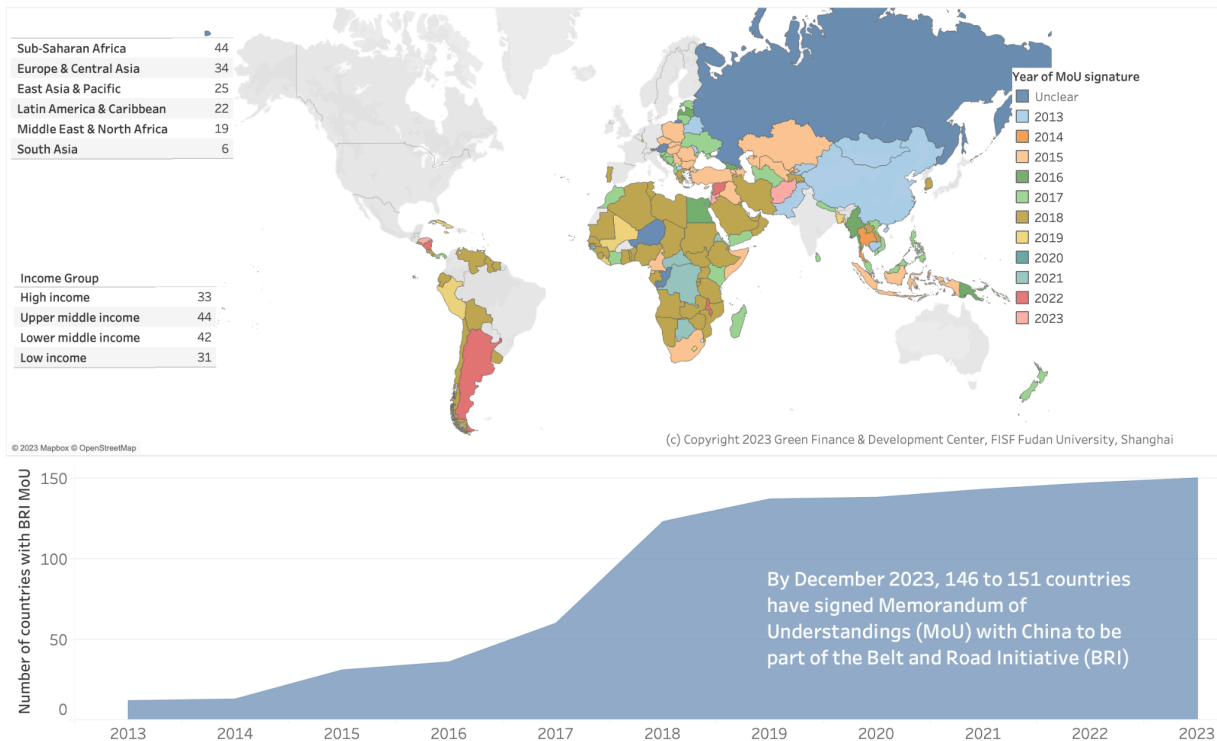
Por mais que o período da geopolítica clássica tenha se encerrado com o fim da Segunda Guerra, isso não significou a obsolescência dessas geoestratégias, pois o mundo não se viu liberto das disputas de poder, perpetuando então as ideias de autores geopolíticos no período bipolar assim como na atualidade. A massa continental euroasiática continua a alimentar antigas rivalidades e confronto de interesses, seja em sua porção central, a qual Mackinder classificou como Heartland, ou em suas faixas costeiras, a qual Spykman classificou como Rimland. (Brigola; Teixeira, 2022, p.2)

De todo modo, para nós o mais importante é que a NRS, para além do avanço na Eurásia, tem sido um mecanismo de aprofundamento das relações entre China e países da América Latina, especialmente, com o Equador. De acordo com Pautasso *et al.* (2020) e Liévano (2019), o Equador é o país sul-americano com mais projetos sob a bandeira da NRS. Sobretudo, nos interessa a relação que a NRS, como a principal iniciativa da política externa

chinesa, tem com a exploração de recursos naturais e intensificação do neoeextrativismo. Todavia, deve-se ressaltar que as relações da China com o Equador, e de maneira geral, com a América Latina, não se resumem à NRS, haja vista que as relações sino-latino-americanas se estabeleceram há pelo menos 30 anos antes do lançamento da NRS, com um forte estreitamento no início dos anos 2000, ainda antes do ingresso de países latino-americanos na NRS, portanto, é o estabelecimento de relações profícuas com a China, não depende necessariamente da NRS como plataforma. O caso do Brasil, é exemplar neste sentido, pois o país até o momento não assinou memorando de adesão à iniciativa chinesa, e ainda assim, é um dos principais parceiros comerciais da China. Assim, uma vez destacado que as relações com a China não se limitam à NRS, podemos afirmar que, como meio de conectar a China com o mundo, e sobretudo, assegurar acesso a recursos naturais, sim, a despeito de ser uma oportunidade em potencial para que os países latino-americanos desenvolvam suas infraestruturas, um problema generalizado na região, ela pode ser um mecanismo de aprofundamento das problemáticas ambientais, tema que será melhor abordado na seção 6.

**Figura 5: Países que já manifestaram interesse em participar da Nova Rota da Seda**

Countries of the Belt and Road Initiative



**Fonte:** Christoph Nedopil. Shanghai, Green Finance & Development Center, FISF Fudan University, 2022<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Disponível em:

<https://greenfdc.org/ten-years-of-chinas-belt-and-road-initiative-bri-evolution-and-the-road-ahead/>

#### 4.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Com a ascensão da China, e sobretudo, com o processo de internacionalização da sua economia, a histórica hegemonia estadunidense na América Latina, apesar de não desaparecer, deixou de ser um elemento quase que incontestável na geopolítica da região. Todavia, a relação assimétrica entre superpotências e países em desenvolvimento, suscitam distintas questões, entre elas, a intensificação da dependência e do extrativismo. Neste sentido, a NRS parece ser um projeto para sustentar o crescimento e o poder chinês no plano internacional, bem como, garantir acesso facilitado a recursos naturais. Para o Equador que possui vários projetos sobre a bandeira da NRS, cabe questionamentos sobre o bônus e o ônus de aderir à iniciativa, pois, apesar de ser uma oportunidade para a realização de importantes projetos de infraestrutura, questões ambientais e conflitos socioterritoriais relacionados à expansão da fronteira extrativista são um importante aspecto a ser considerado. No plano econômico, deve-se considerar os riscos de dependência relacionados ao endividamento, bem como, o papel da estrutura produtiva nacional nas cadeias globais de valor, uma vez que, é comum, sobretudo no âmbito da NRS, que empresas chinesas desenvolvem muitas atividades no território de países parceiros, atuando em etapas do ciclo produtivo, que podem, eventualmente, criar a possibilidade de auferir mais benefícios destes processos do que as próprias empresas nacionais. Ainda no plano econômico, outra questão a ser considerada, é o risco de endividamento pelos empréstimos chineses, sobretudo, em relação àqueles cujo pagamento tem como garantia recursos naturais (Svampa, 2019).

## 5. A ECONOMIA DO EQUADOR

Nesta seção abordamos aspectos gerais da economia equatoriana, a fim de contextualizar o debate proposto sobre as limitações de uma economia primarizada e, em especial, tentar interpretar, através de indicadores macroeconômicos, o que tem significado para a economia equatoriana o modelo de desenvolvimento baseado na exportação de commodities. Para isso, começaremos com um breve histórico, bem como, apresentaremos alguns indicadores atuais como PIB, IDH, PIB *per capita*, entre outros, traçando um panorama geral da economia do país.

### 5.1 UM BREVE HISTÓRICO

Com exceção do período anterior à colonização, quando a economia estava circunscrita ao contexto regional, o Equador sempre teve a sua economia pautada na exportação de suas riquezas. Esta tem sido a forma, pelo menos até agora, através da qual a economia equatoriana se integrou com a economia internacional, essencialmente, como um exportador primário (García Álvarez, 2016). Esta condição fez com que o país se tornasse altamente suscetível às dinâmicas do capitalismo global, como afirma Alberto Acosta, “desde suas origens o Equador atravessou toda uma série de períodos de apogeu e de crise, refletindo de perto os ciclos das economias capitalistas centrais” (Acosta, 2005, p.19). Neste mesmo sentido, mas fazendo referência a um período ainda mais antigo do que o surgimento do Equador, quando este, ainda na condição de colônia, era conhecido como Real Audiência de Quito, Enrique Ayala Mora, em seu *Resumen de Historia del Ecuador (2008)*, também discorrendo sobre a conexão do Equador com a economia global, afirma, “*determinada estructuralmente por el hecho colonial, la economía de lo que hoy conocemos como Ecuador era desde esta época influenciada en forma directa por su inserción en la economía internacional.*” (Mora, 2008, p.16 - grifo nosso). Durante o período colonial, evidentemente, se tratava de uma expropriação de recursos naturais, contudo, assim como no caso de outros países latino-americanos, esta condição de colônia determinou, como primeira forma de integração com a economia global, o início da condição do Equador como provedor aos países ricos.

Historicamente o Equador teve três grandes ciclos econômicos, todos eles, baseado na exportação de commodities, o do cacau de meados do século XIX e XX, o da banana nos anos 1950 e do petróleo a partir das décadas de 1960 e 1970 (Acosta, 2005; Mora, 2008). Vale

lembrar, como já citado em seção anterior, que o Equador se tornou independente da Espanha, de forma definitiva, em 1822 (o processo de independência começa em 1809), e posteriormente integrou a Grã-Colômbia, período bolivariano, onde o contato com a economia mundial se baseou em empréstimos para a compra de armamentos, dando início ao primeiro endividamento externo que afligiu o Equador (Acosta, 2005). Posteriormente, o Equador se torna uma república autônoma de fato, em 1830, com o fim da Grã-Colômbia (Mora, 2008). Os protagonistas dos processos de independência foram poderosos latifundiários, assim, o Equador nasce dominado pelos senhores da terra, que aproveitam a estrutura colonial, de exploração de mão de obra campesina e indígena, para manter seu poder e riqueza. Deste modo, após conquistar autonomia em 1830, o país assumiu a condição de exportador primário, que já beneficiava os latifundiários, agora donos do poder. Assim, o cacau, “que já era conhecido no comércio colonial” (Acosta, 2005, p.29), se tornou a base das exportações e, de modo geral, da economia equatoriana, ganhando amplitude no fim do século XIX, e tendo os anos de apogeu, entre 1908 e 1914 (Acosta, 2005).

A grande questão de uma economia pautada na exportação de produtos primários é a alta suscetibilidade às mudanças nos países centrais, ou seja, o desenvolvimento nacional fica condicionado à demanda desses países, constituindo um ciclo de dependência. A história dos ciclos econômicos do Equador, demonstra claramente este fenômeno. O apogeu do cacau equatoriano está ligado à ascensão da Inglaterra como potência mundial, uma vez que o enriquecimento o aumento do consumo e da demanda de alimentos e produtos importados.

Nas primeiras décadas da sua existência como República, o Equador criou as bases que iriam convertê-lo no principal supridor de cacau em nível mundial, especialmente para o mercado da Inglaterra, potência dominante cuja expansão econômica melhorou o nível de renda dos seus habitantes, estimulando a demanda de produtos importados. (Acosta, 2005, p.41)

Do mesmo modo como o auge da produção cacaeira se relaciona com uma determinada conjuntura internacional, a ascensão da Inglaterra, o fim deste ciclo econômico do Equador, também possui relação com eventos externos, no caso, a eclosão da Primeira Guerra Mundial. “Os primeiros sintomas da crise do cacau foram sentidos em 1914. O porto de Hamburgo, por onde entrava na Europa uma parte importante do cacau equatoriano, encerrou suas operações logo no começo da Primeira Guerra Mundial.” (Acosta, 2005, p.79). Com o conflito, a importação de cacau pelos países ricos, em especial, pela Inglaterra, deixou de ser uma prioridade, com a demanda em baixa os preços despencaram, sem uma economia diversificada, o Equador mergulhou numa crise, que durou décadas, com consequências

sociais e políticas. Grandes mudanças internas aconteceram neste período crítico, bem como, o estreitamento de laços do Equador, com a nova potência que se consolidava, os Estados Unidos, no entanto, nos ateremos apenas apresentar os três ciclos econômicos. Assim, a exportação de cacau continuou, mas chegou a representar menos da metade do total das exportações equatorianas. A produção de arroz, madeira, borracha, café, marfim vegetal, chapéus de palha (chapéu panamá), e incipientes exportações de petróleo e ouro, constituíam as atividades econômicas equatorianas voltadas para o comércio internacional (Acosta, 2005, p.90), mas sem representar um relevante ciclo econômico, capaz de alavancar a economia nacional, como foi o do cacau.

Contudo, no fim da década de 1940 e, sobretudo, na década de 1950, a produção e exportação de bananas ganha protagonismo no Equador. Contando com a conjuntura internacional favorável, pelo fim da Segunda Guerra, consolidação dos EUA como uma grande potência mundial e do continente, gerando demanda, assim como, adversidades sofridas pela América Central, que era uma região com produção significativa da fruta, o Equador, que possui condições naturais favoráveis ao cultivo da banana, vê a oportunidade de tentar superar as décadas de crise, desde o fim do ciclo do cacau. No entanto, embora já houvesse apoio governamental para a produção da fruta anos antes, foi a demanda externa, mais uma vez, que garantiu que o cultivo da banana tivesse um impacto tão grande na economia equatoriana (Acosta, 2005). Descrevendo a importância deste novo ciclo econômico para a país, Acosta afirma:

O impacto da banana na economia equatoriana foi muito maior em termos nacionais do que o gerado pelo cacau, décadas antes. A fronteira agrícola foi ampliada, abrindo-se novas áreas de cultivo na Costa, a rede viária se expandiu notavelmente e aumentou a migração da Serra para a Costa, com um desenvolvimento acelerado das cidades e um certo fortalecimento do mercado interno, baseado na expansão do número de assalariados, o aumento das obras públicas e a diversificação da economia, dada a não monopolização da atividade produtiva, como aconteceu no apogeu do cacau. (Acosta, 2005, p.96)

Posteriormente, houve a tentativa de desenvolver um processo de industrialização por substituição de importações, ou seja, aproveitar o mercado interno para produzir nacionalmente produtos que até então eram importados, já num momento de enfraquecimento da exportação de bananas, no entanto, apesar das reformas, esta tentativa de industrialização fracassou e não alterou o “padrão tradicional de acumulação primário-exportadora” (Acosta, 2005, p.111). Entre os fatores que contribuíram para o projeto de industrialização não alcançasse os resultados esperados, estão, de acordo com Acosta, a incapacidade das elites, de

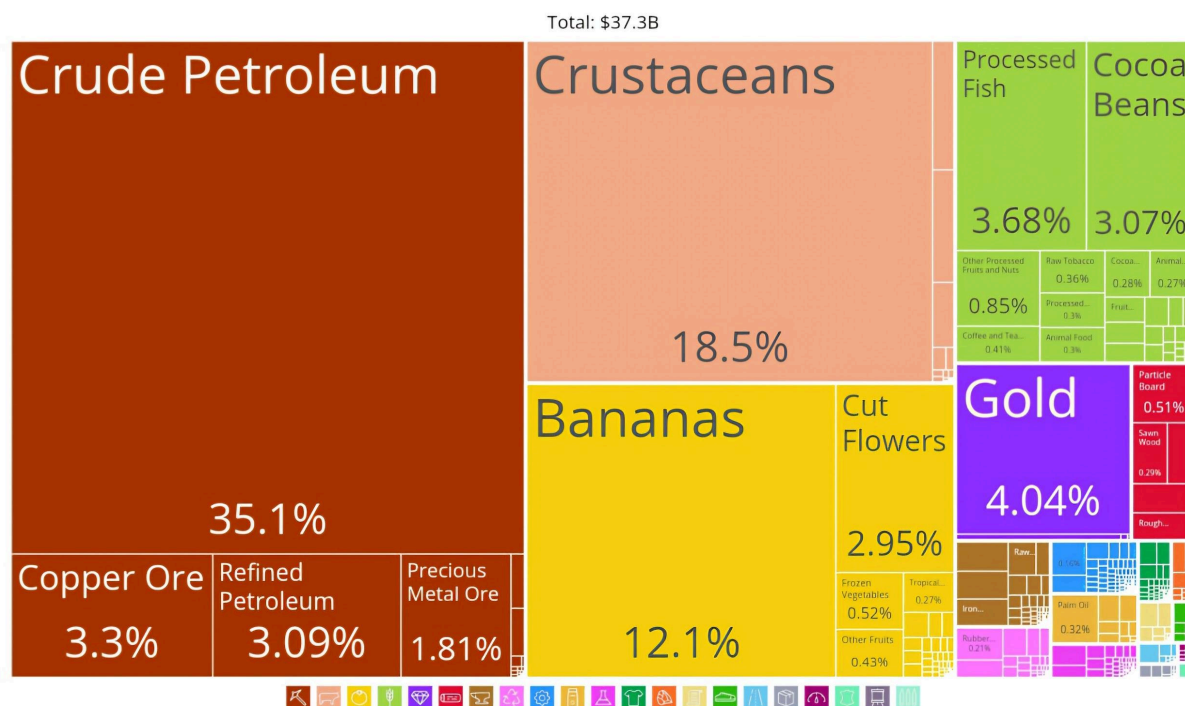
colocar em prática projetos que consolidassem o processo, a falta de fluxo de capital para reajustar a estrutura produtiva, a falta de esforços governamentais e privados para criar as infraestruturas necessárias, assim como uma reforma aduaneira que propiciasse condições favoráveis ao desenvolvimento da indústria nascente. (Acosta, 2005).

Assim, o Equador manteve sua condição de exportador primário, especialmente ao, na década de 1960, se tornar objeto de interesse de grupos transnacionais do setor petrolífero, que anteviam a necessidade de aumentar a oferta deste produto ante o aumento do consumo internacional, buscando, portanto, a exploração de novas reservas. (Acosta, 2005). Deste modo, “mais uma vez a exploração dos recursos naturais do Equador seria decidida em função de necessidades externas, e não só por razões nacionais.” (Acosta, 2005, p. 114). Com a descoberta e exploração de reservas significativas na Amazônia equatoriana, o país entrou no seu terceiro ciclo econômico, assim como em muitos outros países da América Latina, baseado, novamente, na exploração de uma commodity. Os altos preços do petróleo na época, beneficiaram a economia equatoriana que ampliou sua atuação no mercado internacional, bem como, viu vultosas divisas expandirem a economia nacional pela alta rentabilidade do petróleo, nas palavras de Acosta, “a exploração do óleo cru revitalizou a economia do país” (Acosta, 2005, p. 115). Assim, o Equador passou a ter mais acesso a empréstimos internacionais, em partes pela nova condição gerada pela renda do petróleo, mas também pelo volume de capital financeiro disponível à procura de maior rentabilidade, o que fez com que a dívida externa aumentasse. A questão da dívida externa sempre foi um entrave muito grande para a economia equatoriana desde o surgimento do país. (Acosta, 2005).

De todo modo, o enriquecimento trazido pelo petróleo, não foi suficiente para sustentar um real desenvolvimento do país, houve acúmulo de capital mas não uma transformação na estrutura produtiva, a acumulação desigual de riqueza se tornou ainda mais exacerbada com apenas uma parcela da população realmente se beneficiando da bonança do petróleo, que evidentemente, não durou para sempre, haja vista, a dinâmica internacional que regula o preço dos produtos, Acosta (2005), afirma que o barril de petróleo chegou a custar menos de 9 dólares em julho de 1986, sendo que, anteriormente, havia sido vendido por mais de 30 dólares no começo da década. Este é um exemplo da fragilidade de economias baseadas na exportação primária, além obviamente, das questões ambientais relacionadas à exploração predatória, problemática que será melhor abordada posteriormente. De todo modo, com o ciclo do petróleo, chegamos à etapa mais recente da economia equatoriana, até hoje o petróleo

ainda é o produto mais exportado pelo Equador, ao lado da banana e de camarões, como pode-se observar na imagem a seguir relativa ao ano de 2023.

**Figura 6: Imagem retratando a pauta exportadora do Equador no ano de 2023**



Fonte: The Observatory of Economic Complexity (OEC), 2025

De acordo com dados do Observatório da Complexidade Econômica<sup>8</sup> (OCE), em 2023, o Equador exportou um total de US\$36,7 bilhões, tornando-se o 65º exportador do mundo. Num intervalo de cinco anos, entre 2018 e 2023, as exportações equatorianas aumentaram em US\$13,5 bilhões, passando de US\$23,2 bilhões em 2018 para US\$36,7 bilhões em 2023. A pauta exportadora é liderada por Petróleo Bruto (US\$12 bilhões), Crustáceos (US\$7,04 bilhões) e Bananas (US\$4,77 bilhões), que somados, equivalem, aproximadamente a 65% das exportações. China e Estados Unidos são os dois maiores compradores, em termos de valor em dólares, US\$7,95 bilhões e US\$7,66 bilhões, respectivamente.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/ecu>

## 5.2 INDICADORES MACROECONÔMICOS

Nesta seção apresentamos alguns dados relevantes da economia equatoriana em números.

### 5.2.1 Produto Interno Bruto

**Tabela 1: PIB do Equador em valores nominais (valor constante em bilhões de dólares)**

2000	2005	2010	2015	2020	2023
50,17 bi	63,54 bi	75,72 bi	97,21 bi	93,97 bi	112,16 bi

Fonte: Banco Mundial, 2025

**Tabela 2: Crescimento do PIB anual (%) - America Latina e Equador**

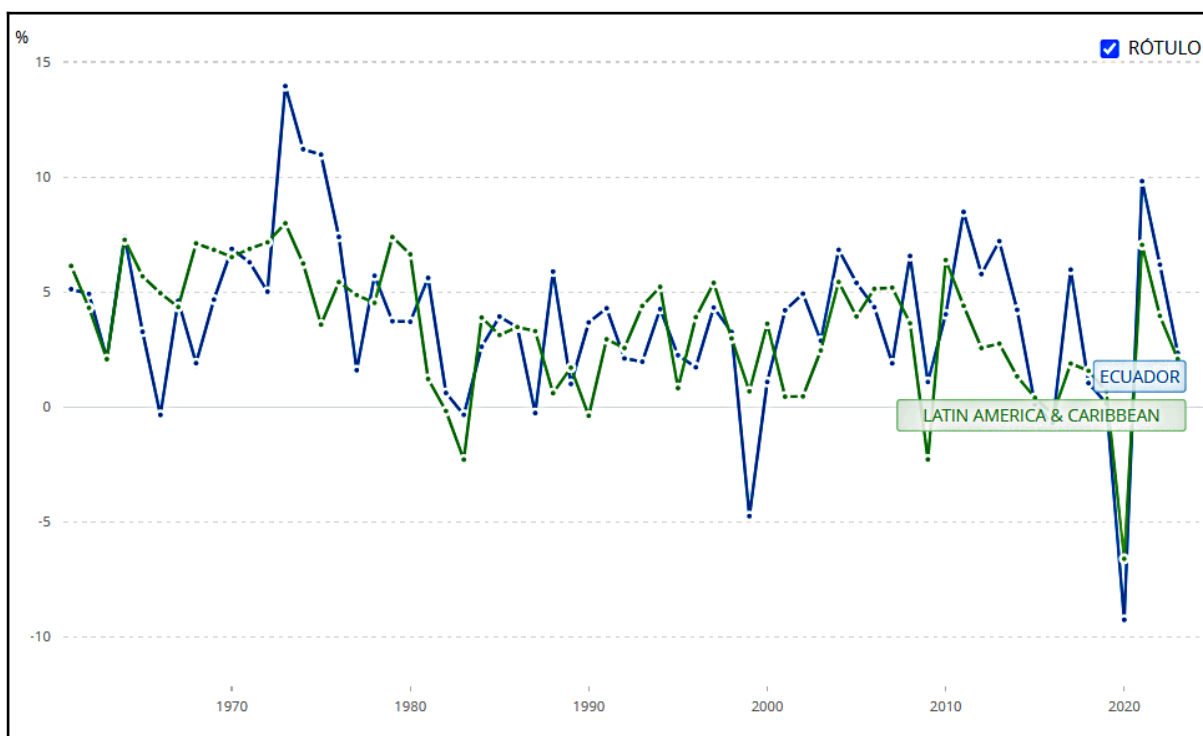
	2000	2005	2010	2015	2020	2023
ALC	3,6	3,9	6,4	0,4	-6,6	2,1
Equador	1,1	5,4	4	0,1	-9,2	2,4

Fonte: Banco Mundial, 2025

Os dados das tabelas acima mostram dois aspectos do PIB equatoriano, o primeiro é a evolução do PIB absoluto em valores constantes, ou seja, o valor em dólar de toda a riqueza produzida, representado na tabela 1. O segundo aspecto, representado pela tabela 2, é a dinâmica de crescimento anual do PIB em porcentagem, tanto do Equador quanto da América Latina, para o mesmo período. É interessante observar que, comparando estes dois aspectos (valor absoluto e crescimento anual em porcentagem), enquanto o valor absoluto em dólares mantém uma constante de crescimento, passando de 50,17 bilhões de dólares registrados no ano de 2000, para 112,16 bilhões de dólares em 2023, que facilmente poderia nos levar a acreditar que a economia do Equador está continuamente melhorando (e não está, necessariamente, pois o valor nominal pode variar por fatores que não representam, de fato, a expansão real da economia) o crescimento anual da economia equatoriana, por sua vez, apresenta muitas variações, não raro, com uma dinâmica semelhante a da América Latina, como pode-se observar no gráfico 1, o que pode sugerir, com as limitações de uma análise não pormenorizada, dentre outras coisas, que para além das questões internas que podem influenciar a trajetória da economia equatoriana, a inserção na economia mundial como

exportador primário, não é suficiente para garantir um crescimento sustentado, fazendo com que o país esteja vulnerável às variações externas, assim como os demais países da América Latina, o que pode explicar, em partes, as trajetórias parecidas das linhas no gráfico abaixo.

**Gráfico 1: Variação do PIB anual (%) - America Latina e Equador, 1960-2023**



Fonte: Banco Mundial, 2025

### 5.2.2 PIB *per capita*

O PIB *per capita* é uma média do produto interno bruto por habitante, ou seja, o valor nominal do PIB dividido pelo número da população. Em tese, este indicador demonstra a contribuição média de cada pessoa para a produção da economia nacional, no entanto, não representa a distribuição de renda. De todo modo, é um indicador que pode auxiliar na compreensão do nível de desenvolvimento de uma economia. Desta forma, assim como no tópico anterior, apresentamos os dados relativos à evolução do PIB *per capita* do Equador através dos valores nominais constantes em dólares (tabela 3 e gráfico 2) e através da dinâmica de crescimento anual em porcentagem (tabela 4 e gráfico 3). Em resumo, o PIB *per capita* do Equador demonstra uma economia em desenvolvimento, assim como a maioria dos países latino-americanos, de todo modo, a similaridade da trajetória de crescimento entre a economia equatoriana e a da América Latina, é o aspecto a ser ressaltado, tanto em termos de

valor absoluto, quanto de crescimento anual em porcentagem, como pode ser observado nos dois gráficos e nas duas tabelas abaixo.

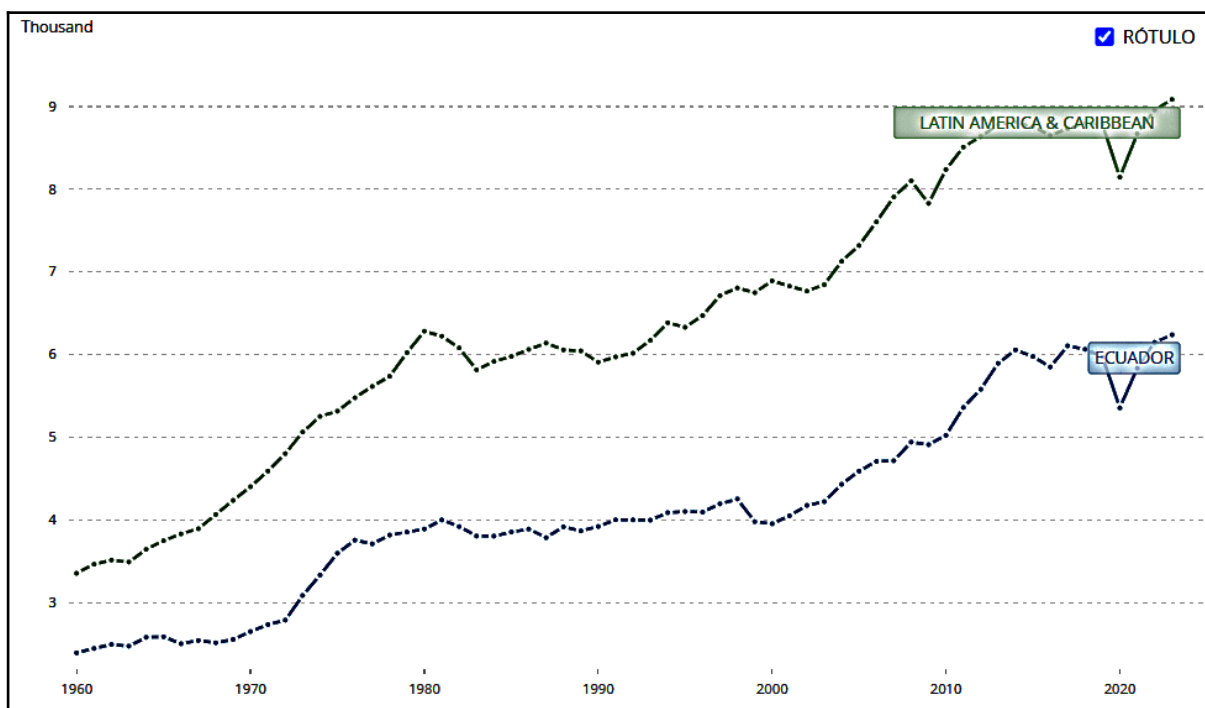
**Tabela 3: PIB *per capita* do Equador em valores nominais**

(valor constante em milhares de dólares)

2000	2005	2010	2015	2020	2023
3.953	4.589	5.022	5.976	5.355	6.238

Fonte: Banco Mundial, 2025

**Gráfico 2: PIB *per capita* da América Latina e do Equador em valores nominais (valor constante em milhares de dólares) 1960-2023**



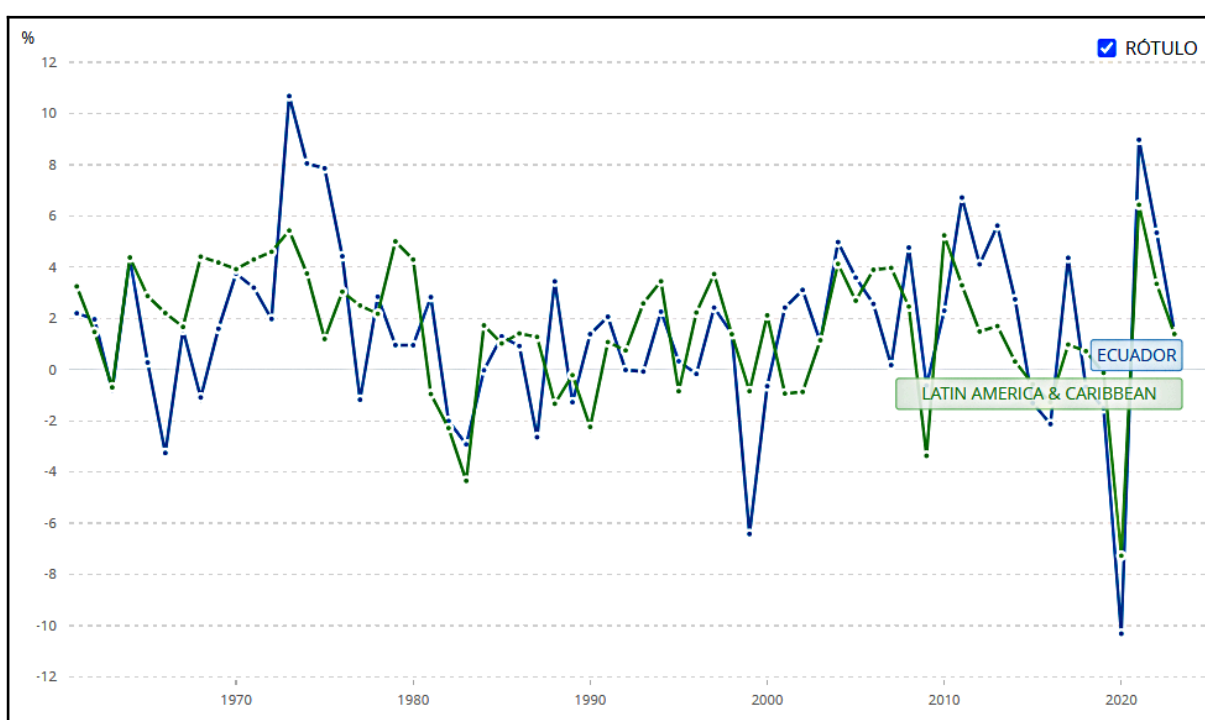
Fonte: Banco Mundial, 2025

**Tabela 4: Crescimento do PIB *per capita* anual (%) - America Latina e Equador**

	2000	2005	2010	2015	2020	2023
<b>ALC</b>	2,1	2,7	5,2	0,6	-7,3	1,4
<b>Equador</b>	-0,6	3,6	2,3	-1,3	-10,3	1,5

Fonte: Banco Mundial, 2025

**Gráfico 3: Crescimento do PIB *per capita* anual (%) - America Latina e Equador**



Fonte: Banco Mundial, 2025

O gráfico 2 representa o PIB *per capita* da América Latina e do Equador em valores absolutos, e através dele é possível observar que a trajetória das linhas é praticamente idêntica. O gráfico 3, por sua vez, representa o crescimento do PIB *per capita* anual em porcentagem, esses dados expressam variações na economia que não podem ser enxergadas apenas através dos valores absolutos (que apresentam apenas ascensão), nesta análise, o crescimento real da economia é captado, no entanto, novamente é curioso observar que as variações para o Equador e para a América Latina, em vários períodos, são muito semelhantes, o que ajuda a corroborar o que já afirmamos anteriormente sobre a correlação entre a economia nacional (equatoriana) e regional. Indicando, portanto, que ainda que cada

país tenha autonomia para traçar seus próprios planos e objetivos nacionais de desenvolvimento, a posição ou função que desempenham na divisão internacional do trabalho ou na relação centro-periferia do capital, é um elemento estrutural que cria aspectos comuns ou características compartilhadas entre si, e que no caso dos países latino-americanos, pode representar uma forma de condicionamento destas economias frente às estruturas e/ou conjunturas globais.

### **5.2.3 Índice de Desenvolvimento Humano**

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)<sup>9</sup>, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é um indicador cuja medida expressa a avaliação do progresso de um país, para além de termos puramente econômicos, considerando três dimensões básicas: uma vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e um padrão de vida decente.

Assim, de acordo com dados disponíveis pelo próprio PNUD, o valor do IDH do Equador no ano de 2023, o mais atual disponibilizado, é de 0,777. Isso significa que de acordo com os critérios do PNUD, o país se encontra posicionado na categoria de alto desenvolvimento humano, numa classificação de quatro níveis: Baixo (< 0,550); Médio (0,550-0,699); Alto (0,700-0,799); Muito alto ( $\geq$  0,800). O Equador está na 88ª posição num total de 193 países. Ainda de acordo com o PNUD, entre os anos de 1990 e 2023, o valor do IDH do Equador mudou de 0,646 para 0,777, o que significa um aumento de 20,3%. Dentre outras coisas, isso reflete mudanças sociais como, aumento na expectativa de vida ao nascer em 8,95 anos, aumento de 3,45 anos na expectativa de anos de escolaridade e aumento de 2,22 anos na média de anos de escolaridade.

Portanto, podemos afirmar que o Equador se encontra próximo da média dos países latino-americanos, sendo que, de acordo com o PNUD para o ano de 2023, na região, o valor mais baixo foi de 0,554 (Haiti) e o mais alto, 0,878 (Chile). Todavia, é importante ressaltar que o IDH não reflete o nível de distribuição ou concentração de renda, propriamente dito, ou de outras formas de desigualdades sociais, que demandam análises mais profundas do que apenas um indicador pode mostrar. Mesmo o Índice Gini, reconhecida ferramenta para indicar a desigualdade de renda, que de acordo com o Banco Mundial, é de 0,446 para o Equador, representando desigualdade moderada, não é suficiente para captar situações de desigualdade

---

<sup>9</sup> Os dados deste tópico estão disponíveis em:  
<https://hdr.undp.org/data-center/specific-country-data#/countries/ECU>

de oportunidades, desigualdades de gênero, acumulação de riqueza, dentre outros aspectos da sociedade que contribuem para a falta de justiça social. De acordo com dados do PNUD, os efeitos da desigualdade social fazem com que o Equador tenha perda de cerca de 17,6 %, no IDH, o que o reduz para 0,640 em 2023. Ainda assim, este indicador não é suficiente para traçar um perfil pormenorizado da sociedade equatoriana. Deste modo, reconhecendo a necessidade de análises mais profundas sobre este temas, nos limitamos a afirmar a reconhecida carência de equidade nas sociedades latino-americanas, que nos leva a refletir sobre questões como colonialidade, histórico de dependência no capitalismo periférico, globalização como perversidade (Santos, 2000) e divisão internacional do trabalho, que para Eduardo Galeano, significa “que alguns países se especializam em ganhar e outros em perder” (Galeano, 2010, p.9). Estas, são questões estruturais que colocam em centralidade às dinâmicas do capitalismo mundial, indicando que as dificuldades no chamado mundo subdesenvolvido, não se resumem apenas a questões políticas ou culturais.

#### **5.2.4. Índice de Pobreza**

De acordo com dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos (INEC)<sup>10</sup>, do Equador, em dezembro de 2024, em termos percentuais, 28% da população vivia na pobreza e 12,7% na extrema pobreza. Sendo que, considerou-se como pobreza a renda familiar *per capita* inferior a US\$ 91,43. E extrema pobreza, a renda familiar *per capita* inferior a US\$ 51,52 (o dólar americano é a moeda corrente do Equador). Assim, de acordo com estes dados, no Equador, aproximadamente 4,7 milhões de pessoas vivem na pobreza e 2,1 milhões de pessoas na extrema pobreza. Considerando as duas condições, estão na pobreza e extrema pobreza, 40% da população equatoriana, aproximadamente 6,7 milhões de pessoas. De acordo com o mesmo conjunto de dados, ao considerar a dimensão espacial, em termos de área urbana e rural, é possível observar uma concentração da pobreza nas áreas rurais, uma vez que, na área urbana a pobreza é de 20,9% e a extrema pobreza de 6,0%, já na área rural, a pobreza é de 43,3% e a extrema pobreza de 27%.

---

<sup>10</sup> Disponível em:

[https://www.ecuadorencifras.gob.ec/documentos/web-inec/POBREZA/2024/Diciembre/202412\\_PobrezayDesigualdad.pdf](https://www.ecuadorencifras.gob.ec/documentos/web-inec/POBREZA/2024/Diciembre/202412_PobrezayDesigualdad.pdf)

## 5.3 CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DO FUNCIONAMENTO DA ECONOMIA

### 5.3.1 Matriz produtiva

No Equador há a predominância de uma matriz produtiva primário exportadora (García Álvarez, 2016). Vale ressaltar que isso não significa dizer que o PIB do país seja majoritariamente composto por atividades do setor primário, haja vista que, como é comum em muitos países, o consumo, caracterizado pelo comércio e pelo setor de serviços, é um dos principais componentes do PIB equatoriano. Assim, quando se afirma que a matriz produtiva equatoriana é primário exportadora, significa que o setor produtivo é composto majoritariamente por atividades primárias, bem como, significa que as exportações têm um papel importante na economia nacional e que a pauta exportadora é composta principalmente por produtos primários, ou seja, a inserção do país na economia internacional se dá, sobretudo, através da produção e exportação de recursos naturais. São estes elementos que constituem o papel do Equador na divisão internacional do trabalho.

Deste modo, no âmbito produtivo, as atividades do setor primário, como agricultura, pecuária, pesca, mineração, e outras, foram e continuam sendo relevantes para a economia nacional, representando entre 15 e 20% do PIB, superior à indústria transformadora, cuja contribuição não consegue avançar de 14% (García Álvarez, 2016). Há uma grande dependência das rendas do petróleo, sobretudo, do óleo cru, já que as atividades de refino são demasiadamente limitadas. Não há sinais de que esta dinâmica produtiva passe por mudanças estruturais. o que significa, dentre outras coisas, que não há iniciativas para superar a chamada insuficiência dinâmica, que de acordo com Álvarez, “tem sido uma das principais características estruturais do sistema econômico equatoriano” (García Álvarez, 2016, p.172), e se configura a partir da baixa produtividade da força de trabalho e pelo atraso técnico-científico.

Também são características da economia equatoriana, a heterogeneidade estrutural e a baixa diversidade produtiva (García Álvarez, 2016; Aguiar e Reis, 2021), a primeira significa a coexistência de um pequeno setor com alta produtividade e outro mais amplo de baixa produtividade (Bielschowsky, 2009), o que contribui para distorções socioeconômicas, e a segunda, significa que o setor produtivo tem um número limitado de atividades, ou seja, trata-se de um cenário de especialização produtiva, que apesar de ser postulada pela teoria das vantagens comparativas, é considerada, atualmente, uma característica negativa, uma vez que representa uma estrutura produtiva limitada, ensejando um alto grau de dependência em

relação a um número reduzido de atividades, que no caso equatoriano, como já citado, estão circunscritas ao setor primário, portanto, com maior vulnerabilidade à fatores que podem comprometer a produção, seja, a demanda, a escassez, em caso de recursos não renováveis, ou eventos contingentes, como os naturais que podem atrapalhar a produção. Estas questões são relevantes para a análise de uma economia primarizada, sobretudo, porque enseja reflexão sobre a sustentabilidade deste modelo a longo prazo, e quando se verifica que o neoextrativismo está sendo tomado como política de desenvolvimento (Svampa, 2013), trata-se de um aprofundamento deste quadro e não uma busca por sua modificação.

Para ilustrar algumas afirmações feitas neste tópico, apresentamos através da Tabela 5 a contribuição das vinte principais atividades econômicas ao PIB equatoriano. Os números representam a porcentagem do Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada atividade econômica. Conforme já afirmado, considerando apenas as atividades relacionadas à estrutura produtiva, ou seja, desconsiderando aquelas relacionadas ao setor de serviços e comércio, vemos que o setor primário representou aproximadamente 16,5% do PIB em 2024, enquanto a fabricação de produtos (alimentícios e não alimentícios) ficou abaixo de 13%, no mesmo período.

**Tabela 5: Valor Adicionado Bruto (VAB) por atividade econômica (em %)**

Ramo de atividade	Participação em 2023	Participação em 2024
Administração pública	7,2	6,7
Agricultura, pecuária e silvicultura	6,5	6,6
Atividades técnicas profissionais	6,8	6,7
Transporte e armazenamento	5,2	4,8
Atividades imobiliárias	6,9	7,3
Abastecimento de eletricidade e água	1,8	1,8
Comércio	14,8	15
Saúde e assistência social	4,3	4,7
Pesca e aquicultura	1,9	2
Ensino	4,7	4,8
Informação e comunicação	2,2	2,2
Atividades financeiras e de seguros	4,3	4,6
Fabricação de produtos alimentícios	6,5	6,7
Alojamento e refeições	1,4	1,4
Artes, entretenimento e outras atividades de serviço	1,1	1
Atividades das famílias como empregadoras	0,7	0,8
Petróleo refinado	0,9	0,9
Construção	3,6	3,5
Mineração e pedreiras	7,8	7,8
Fabricação de produtos não alimentícios	5,7	5,6

**Fonte:** Banco Central do Equador, 2025

### 5.3.2 Base exportadora e Inserção externa

Como vimos anteriormente, a inserção da economia equatoriana no plano internacional se dá através da exportação de produtos primários. Em 2023 a pauta exportadora foi liderada por petróleo, seguido de crustáceos e bananas, apenas estes três produtos representaram, aproximadamente, 65% das exportações. No que diz respeito à balança comercial, de acordo com dados do Banco Central do Equador (2025)<sup>11</sup>, muito embora o setor não petrolífero tenha apresentado superávit em 2024, num recorte temporal maior, a balança comercial equatoriana tem mantido uma tendência histórica de superávit para o setor petrolífero e déficit para o não petrolífero.

Ainda de acordo com dados do Banco Central do Equador, em 2024, as exportações de petróleo bruto totalizaram 126,3 milhões de barris. Este volume representou um aumento de 9,8% em relação a 2023. Em valores nominais, as exportações de petróleo bruto atingiram 8,6 bilhões de dólares, em 2024, o que significou um aumento de 10,5% em relação a 2023, quando o valor foi de 7,8 bilhões de dólares. Esse desempenho explica-se pelo aumento no volume produzido e pelo aumento no preço médio por barril exportado. (Banco Central do Equador, 2025). Em conformidade com o que afirmamos, o gráfico 7 demonstra o volume das exportações equatorianas divididas em produtos primários e industrializados. Como pode-se observar, ao longo do século XXI, a tendência histórica de exportações primárias permaneceu sempre a taxas superiores a 70%. Em 2023, 82,2% das exportações foram de produtos primários.

Na realidade, a especialização primário-exportadora é complexa no caso equatoriano, pois não se trata apenas da predominância das exportações primárias [...] mas uma grande parcela das exportações está vinculada a uma incorporação reduzida de tecnologia a partir de uma base limitada de produtos agrícolas e pesqueiros. De fato, aproximadamente um quinto das exportações são categorizadas como manufaturas baseadas em recursos naturais, e apenas 8% a 9% correspondem a manufaturas de média tecnologia. (García Álvarez, 2016, p.143)

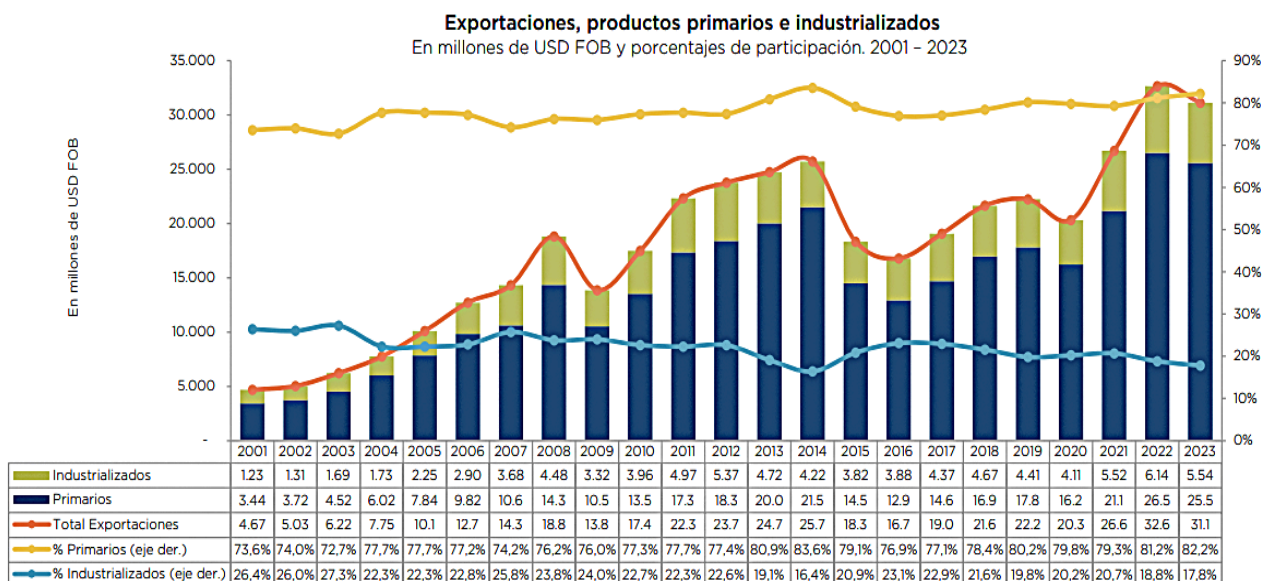
Através do gráfico 7 é possível observar, também, o efeito da reprimarização da economia através da redução da exportação de produtos manufaturados, uma vez que, desde o início do século XXI, a participação de produtos manufaturados nas exportações equatorianas caiu quase 10%, perante um acréscimo na mesma proporção para os produtos primários,

---

<sup>11</sup> Disponível em: [https://contenido.bce.fin.ec/documentos/Administracion/EvolEconEcu\\_2024pers2025.pdf](https://contenido.bce.fin.ec/documentos/Administracion/EvolEconEcu_2024pers2025.pdf)

justamente, num recorte temporal que abrange a consolidação do que Svampa denomina de “Consenso das Commodities” (Svampa, 2019).

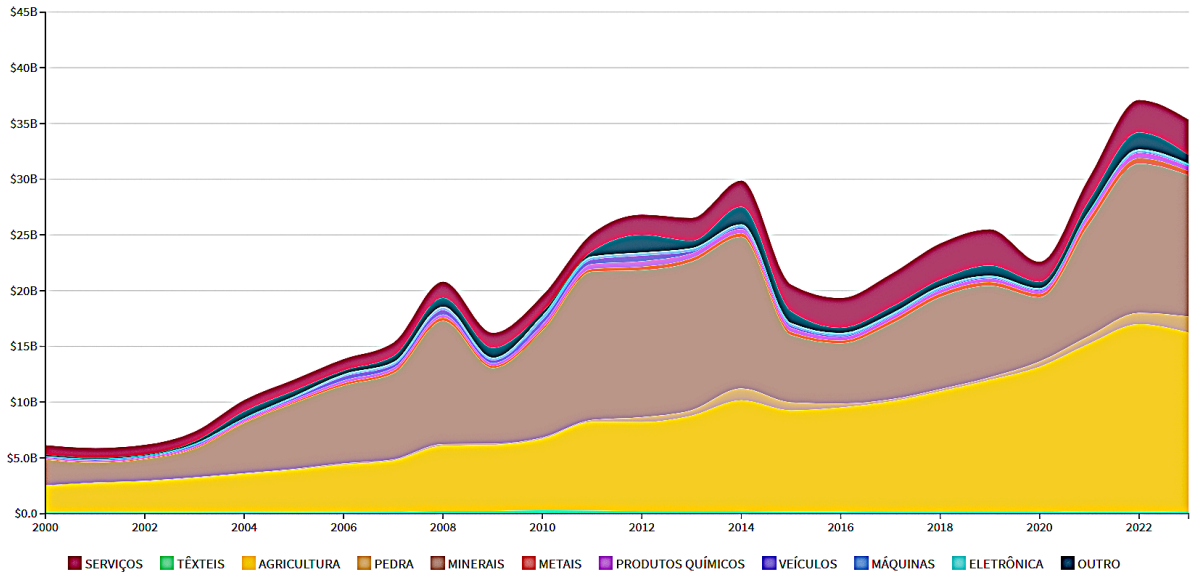
**Gráfico 7: Exportações de produtos primários e industrializados (bilhões de dólares e porcentagem) 2001-2023**



Fonte: Banco Central do Equador, 2024

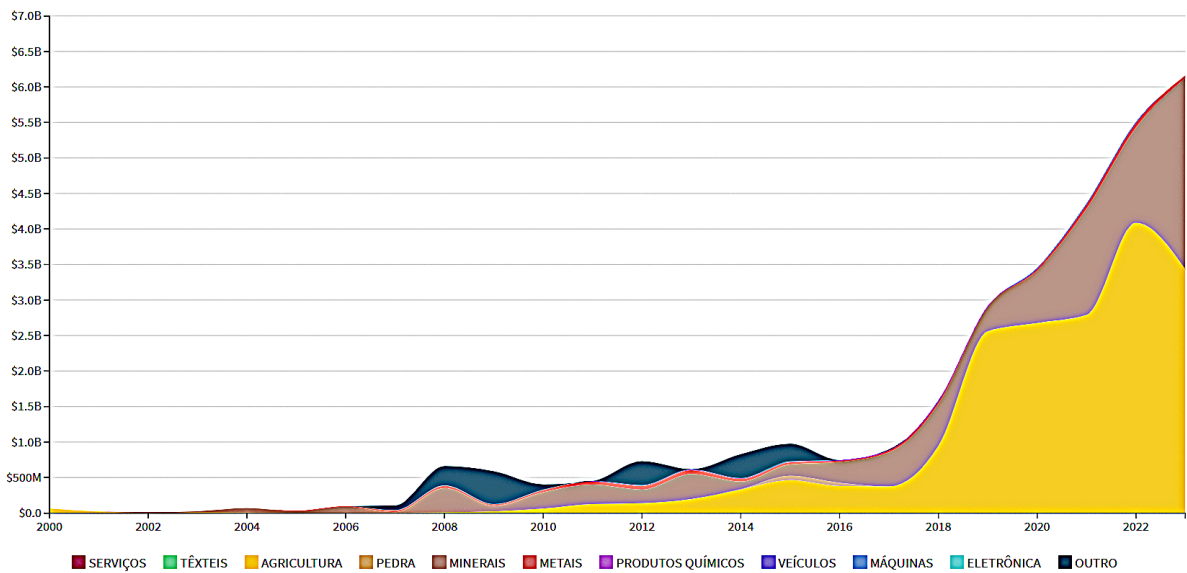
O gráfico 8, por sua vez, que distingue as categorias de produtos, corrobora que a maior parte dos produtos exportados pelo Equador pertencem à “agricultura” e aos “minerais”, ainda que tecnicamente o petróleo não seja um mineral, a legenda do gráfico gerado pela plataforma do Atlas da Complexidade Econômica não fez esta distinção. Já o gráfico 9, demonstra que são exatamente estes produtos que compõem a maior parte das importações chinesas, ou seja, de fato, a demanda chinesa pelas exportações equatorianas está circunscrita aos recursos naturais. De acordo com publicação do Banco Central do Equador (2023), a China foi o principal destino das exportações de minérios equatorianos em 2023. Além disso, através do gráfico 9, é possível notar que a demanda chinesa apresenta um forte crescimento a partir de 2006, compreendendo o “boom das commodities”, e consequentemente, o período em que se reforçou na América Latina uma visão produtivista do desenvolvimento (Svampa, 2019). É importante destacar que, tanto no gráfico 8, quanto no gráfico 9, é a espessura da linha que representa o volume de determinado produto a partir dos valores nominais do eixo vertical, e não necessariamente a ordem das cores.

**Gráfico 8: Produtos exportados pelo Equador (bilhões de dólares) 2000-2023**



Fonte: Atlas da Complexidade Econômica, 2025

**Gráfico 9: Produtos exportados pelo Equador à China (bilhões de dólares) 2000-2023**



Fonte: Atlas da Complexidade Econômica, 2025

### 5.3.3 Estrutura de Importações

De modo geral, o Equador reproduz uma condição estrutural comum em países latino-americanos exportadores de bens primários, qual seja, a necessidade de importar produtos com um nível de processamento maior e portanto, com mais valor agregado. Esta condição fica evidente ao se observar que, em 2024, mais de 40% das importações foram de bens de consumo e bens de capital, ou seja, produtos finalizados. De acordo com dados do Banco Central do Equador (2025), a distribuição aproximada das importações em 2024, com base nos valores, foi a seguinte: bens de consumo (21,9%); matérias-primas (31,4%); bens de capital (21%); combustíveis lubrificantes (25%); diversos (0,3%) e ajustes, que correspondem às importações do Ministério da Defesa Nacional (0,2%). Um dado a destacar é que, muito embora o país tenha investido em grandes projetos hidroelétricos, a alta porcentagem de importações de combustíveis e lubrificantes (15-25%), em razão, sobretudo, de questões energéticas, representa uma contradição para um país petrolífero como o Equador, uma vez que o próprio país poderia suprir esta demanda interna, apesar de o processo de industrialização por substituição de importações ser bastante complexo.

**Tabela 6: Importações por grupo de produtos (milhões de dólares)**

	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Bens de consumo	4.911	4.117	5.133	6.040	6.552	6.084
Materias primas	6.941	5.994	9.019	10.667	9.380	8.720
Bens de capital	5.374	4.153	4.925	5.838	6.058	5.851
Combustíveis e lubrificantes	4.147	2.608	4.643	7.640	7.045	6.948
Diversos	100	79	111	131	89	70
Ajustes	35	0	0	17	8	59,3
<b>Importações totais</b>	<b>21.507</b>	<b>16.950</b>	<b>23.831</b>	<b>30.334</b>	<b>29.132</b>	<b>27.743</b>

Fonte: Banco Central do Equador

### 5.3.4 Investimento Externo Direto (IED)

De acordo com o Banco Central do Equador, o Investimento Externo Direto (IED) “refere-se ao capital investido por empresas estrangeiras em entidades equatorianas com o objetivo de estabelecer um relacionamento duradouro e obter o controle ou uma participação

significativa na gestão da empresa equatoriana”<sup>12</sup>. Portanto, são recursos financeiros empregados por empresas estrangeiras que querem atuar no mercado equatoriano. Estes investimentos se dão através de aquisições de empresas, ou participações, bem como, através de transações entre empresas filiadas ou lucros reinvestidos.

Como temos afirmado no decorrer deste trabalho, a China se tornou um grande parceiro comercial e econômico de muitos países latino-americanos, aumentando sua influência na região, apesar da histórica soberania estadunidense no continente, e no que se refere ao Equador, não há exceção, a China é um dos principais agentes de Investimento Externo Direto na economia equatoriana, mantendo um ritmo de investimento estável e até mesmo crescente, frente a uma dinâmica instável dos investimentos externos diretos do EUA, como pode-se observar no gráfico 10. Em 2024, sobretudo, houve uma importante diferença dos investimentos das duas potências no Equador, o IED proveniente de empresas chinesas foi de 116.518.400 milhões de dólares, enquanto o IED norte-americano foi de 57.186.400 milhões de dólares. Vale destacar que o próprio EUA é o principal receptor de IED da China, sendo o destino com maior fluxo de investimentos deste tipo entre 2005 e 2020. E quanto aos países integrantes da Nova Rota da Seda, como é o caso do Equador, o setor que mais recebeu IED chinês (acima de 40%), entre 2013 e 2020, foi o de energia (Mendonça; Lopes Filho; Oliveira, 2021).

**Tabela 7: IED da China e dos Estados Unidos para o Equador (milhões de dólares)**

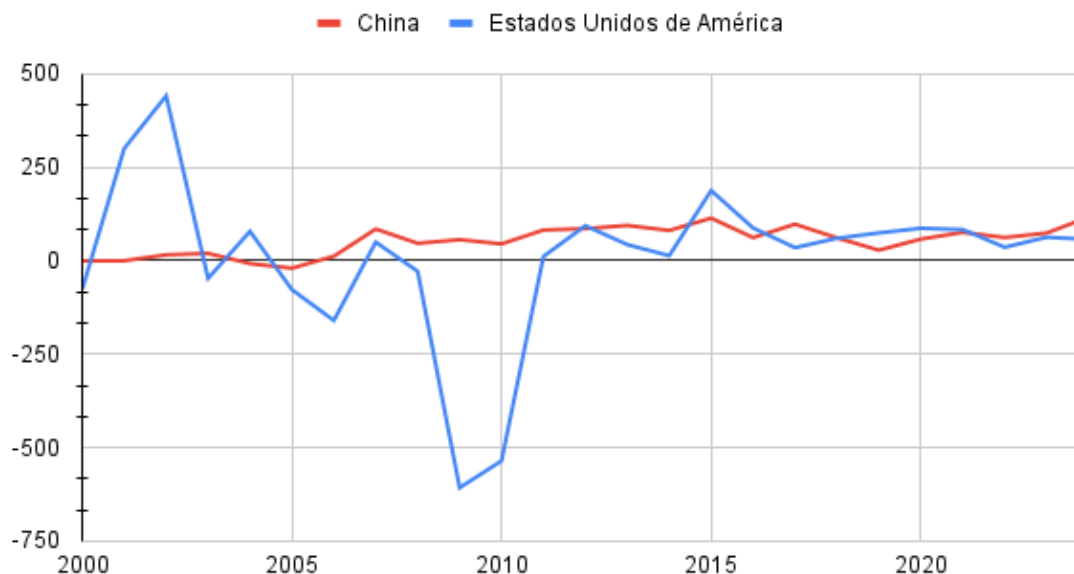
	<b>2000</b>	<b>2005</b>	<b>2010</b>	<b>2015</b>	<b>2020</b>	<b>2024</b>
<b>China</b>	1.000.000	-19.914.000	44.959.800	113.877.200	57.807.400	116.518.400
<b>Estados Unidos</b>	-76.022.900	-77.197.100	-535.180.200	187.603.300	86.793.100	57.186.400

**Fonte:** Banco Central do Equador - Elaboração do autor

<sup>12</sup> Disponível em:

[https://contenido.bce.fin.ec/documentos/informacioneconomica/SectorExterno/ix\\_InversionExtranjeraDirecta.html](https://contenido.bce.fin.ec/documentos/informacioneconomica/SectorExterno/ix_InversionExtranjeraDirecta.html)

**Gráfico 10: IED da China e dos Estados Unidos para o Equador (milhões de dólares)**



**Fonte:** Banco Central do Equador - Elaboração do autor

### 5.3.5 Tratado de Livre Comércio (TLC) com a China

O TLC Equador-China, é o principal acordo comercial em vigência entre os dois países e entrou em vigor em maio de 2024, após negociações iniciadas em 2019. De acordo com publicações<sup>13</sup> do Ministério de Produção, Comércio Exterior, Investimentos e Pesca (MPCEIP), do Equador, o TLC pode aumentar os valores das exportações equatorianas para a China em até 4 bilhões de dólares nos próximos anos e está circunscrito ao comércio de bens, facilitando as vendas com a China, através de significativas reduções de tarifas de importação para quase todos os produtos exportados pelo Equador (99,6%). Contudo, os produtos equatorianos abarcados pelo acordo são majoritariamente bens primários provenientes da agricultura e silvicultura, e manufaturas de baixa tecnologia, o que sugere que o acordo com a China tem potencial para acentuar a condição do Equador de exportador primário e suscita questões sobre o agravamento do extrativismo e suas consequências ambientais. De acordo com David Fajardo:

Este tratado consolida a posição do Equador na divisão internacional do trabalho como um país exportador primário, também dependente da renda das atividades extrativas, sacrificando ou tendendo a sacrificar seu maior tesouro, sua diversidade ecológica e cultural, para satisfazer a demanda da segunda maior economia do planeta (Fajardo, 2024, p.65)

<sup>13</sup> Publicações disponíveis em: <https://www.produccion.gob.ec/?s=tratado+de+libre+comercio+china>

Este acordo comercial é mais uma evidência do interesse chinês por recursos naturais, mesmo quando se trata de produtos agrícolas, de alguma forma, determinadas características naturais estão em questão, uma vez que, o solo, o clima e a água, são elementos naturais importantes para a produção, e portanto, são recursos sem os quais não seria possível a comercialização agrícola, portanto, ao se exportar estes produtos, é como se riquezas naturais estivessem sendo exportadas, há um custo ambiental para isso, ele não será pago pelo país que se beneficia destas riquezas. Além disso, no artigo 9.2 do TLC, cujo título é “Facilitação de Investimentos”, o inciso 3, dispõe que as partes (Equador), facilitarão o cumprimento, por parte dos investidores, dos padrões exigidos em relação às avaliações de impacto ambiental e social aplicáveis aos seus investimentos, o que pode significar, eventualmente, desregulamentação ou afrouxamento de normas ambientais para favorecer investimentos com impacto ambiental, muito embora, o artigo seguinte (9.3), afirme que as partes abster-se-ão de flexibilizar normas ambientais para incentivar investimentos da outra parte, além disso, como já citamos, o acordo versa mais sobre questões comerciais do que de investimentos, propriamente ditos, todavia, estas disposições não diminuem a preocupação sobre o conteúdo do artigo 9.2, e de modo geral, sobre as implicações econômicas e ambientais do TLC.

#### 5.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A matriz produtiva agrário-extrativista, como pudemos observar ao longo de todo este capítulo é, historicamente, um elemento estrutural da economia equatoriana, cuja expressão mais evidente são os três ciclos econômicos do país, o do cacau, o da banana e o do petróleo. Condição esta, que não é uma particularidade do Equador, mas uma característica comum na maioria dos países latino-americanos, que representa, de certa forma, o papel da região na divisão internacional do trabalho, como provedora de recursos naturais para o centro capitalista. Os indicadores macroeconômicos apresentados, dentre muitas coisas, mostram uma convergência entre o desenvolvimento do Equador e o da América Latina de modo geral, sugerindo que, apesar de cada país latino-americano possuir suas próprias dinâmicas econômicas, inclusive, seus próprios projetos de política internacional e distintos níveis de parceria com países centrais, há uma similaridade no processo de desenvolvimento latino-americano marcado pela condição de dependência, que nenhum país da região conseguiu superar. Neste sentido, a forma como o Equador e a China construíram a relação entre si, parece apenas repetir os moldes da relação centro-periferia, mesmo com a China se colocando como um país do Sul Global. Esta possibilidade deve ser levada em consideração em reflexões sobre o significado de longo prazo desta relação para o Equador.

## 6. AS LUTAS SOCIOTERRITORIAIS NO EQUADOR

Nesta seção a escala de análise é a dimensão do território de vida, nela abordaremos como os efeitos do neoextrativismo se relaciona com a fragilização dos territórios, um aspecto crucial a ser considerado quando nos colocamos a refletir sobre a relação entre economia, acordos comerciais e vida cotidiana.

### 6.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Estamos considerando as lutas socioterritoriais como movimentos sociais empenhados na defesa do território, entendendo este como espaço de vida ou território existencial (Haesbaert, 2020), sem o qual a própria existência, não apenas humana, mas da natureza e da biodiversidade, é inviabilizada, assim como afirma Bernardo Mançano Fernandes, “os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência” (Fernandes, 2005, p.31). Sabemos que o conceito pode ter uma amplitude maior, e abarcar um significado mais extenso do que o que estamos considerando, assim como acontece com o próprio conceito de movimento social.

De todo modo, levando em consideração as pretensões deste trabalho, não nos aprofundaremos em discussões conceituais sobre estas expressões, trataremos movimentos sociais em sentido amplo, baseando-se na definição de Svampa, para quem eles (movimentos sociais) aludem “a um tipo de ação coletiva por parte dos atores que não tem poder, que busca intencionalmente modificar algum elemento do sistema social estabelecido, por meio de uma ação contenciosa, com certa continuidade organizativa” (Svampa, 2019, p.64). As lutas socioterritoriais, por sua vez, no sentido em que as estamos tomando, se aproximam do conceito de movimentos socioambientais, que de modo geral, compreendem movimentos que expressam consciência ecológica e lutam pelos direitos da natureza, buscando superar a dissociação entre esta e o “mundo social”, este movimento na América Latina estaria relacionado ao que Enrique Leff chamou de “ambientalização das lutas indígenas e camponesas em nossa região e a emergência de um *pensamento ambiental latinoamericano*[...]” (Leff, 2006, p.37-38). A luta do movimento indígena equatoriano em defesa do território é também imbuída de perspectivas ambientais. (Espinosa, 2013).

Rogério Haesbaert (2020), considera que as lutas socioterritoriais fazem parte de um processo de “revalorização das bases territoriais e mobilização social por seu intermédio”, e que nestas lutas, mesmo quando o objetivo da mobilização se distingue em função da defesa

das diferentes dimensões do que o autor chama de terra-território, invariavelmente, “incorporada a todas elas, contudo, é colocada em primeiro plano a questão da vida e da própria existência\sobrevivência, numa espécie de biopolítica *desde abajo*.” (Haesbaert, 2020, p.146-147). Deste modo, muitos movimentos populares equatorianos poderiam ser enquadrados na definição que estamos tomando como lutas socioterritoriais, certamente, seria possível encontrar exemplos de lutas em defesa do território desde o período colonial, lembrando que a própria colonialidade é objeto de contestação destes movimentos (Porto-Gonçalves, 2017). Considerando esta amplitude, é importante ressaltar que, de modo geral, restringimos a nossa abordagem à história recente das lutas socioterritoriais equatorianas, e em particular, tomamos como exemplo, os chamados *levantamientos* e a luta contra a exploração de petróleo em Yasuní.

### **6.1.1 *Levantamientos***

*Levantamientos* é um termo que designa o ciclo de protestos de grande abrangência realizados pela população indígena e campesina, que marcaram a história recente do Equador, especificamente a década de 1990 e a primeira década dos anos 2000. A primeira grande manifestação deste ciclo, também conhecida como *levantamiento indígena nacional*, aconteceu em junho de 1990, e foi a base sobre a qual se constituiu um amplo processo de consolidação da luta indígena recente e que tornou o movimento um importante agente da política nacional. Sobre este protesto em específico, Maldonado afirma: “O *levantamiento indígena* de 1990 marcou um ponto culminante no processo de consolidação do movimento indígena e abriu um novo tempo político no país”. (Maldonado, 2018, p.156).

Ainda de acordo com o referido autor, no âmbito deste ciclo de protestos, é possível identificar uma fase entre 1990 e 1994, que concentram mobilizações cujas pautas de reivindicações estavam intrinsecamente ligadas às lutas pela terra, tanto em relação às questões agrárias, como em relação à demarcação de terras indígenas. É justamente neste período que a plurinacionalidade começa a se constituir como uma demanda, e mais de uma década depois, se torna princípio expresso na Constituição do país. Há também uma outra fase, em anos posteriores, ou seja, a partir de 1995, que concentrou protestos cujas reivindicações estavam mais relacionadas às questões econômicas, num contexto de ampliação de medidas neoliberais e ajustes fiscais (Maldonado, 2018).

Na primeira fase, de acordo com o autor, destacam-se quatro grandes mobilizações, o já citado *levantamiento indígena nacional* ocorrido em junho de 1990, uma marcha em abril

de 1992, da região Amazônica até Quito, a capital do país, num percurso de aproximadamente 500 quilômetros a pé (Tamayo, 1992), além de uma mobilização, também em 1992, pelos 500 anos de resistência, aludindo à investida colonial, bem como o *levantamiento indígena e camponês* de junho de 1994 (Maldonado, 2018).

Pode-se afirmar que o *levantamiento* de 1990 não teve uma única demanda em específico, mas um conjunto de reivindicações sintetizadas no documento denominado de “*Mandato por la defensa de la vida y los derechos de las nacionalidades indígenas*”<sup>14</sup>. Jorge León Trujillo (1994) classifica a essência das reivindicações deste período em demandas étnicas, cidadãs e de classe relacionadas à vida camponesa, ou seja, haviam reivindicações relativas à própria condição de vida indígena, como a não discriminação e a instituição de um Estado plurinacional, outras vinculadas à cidadania, como acesso a serviços públicos básicos e outras circunscritas à questões agrárias, como solução de conflitos e acesso a insumos, por exemplo (Maldonado, 2018). A marcha de abril de 1992, que teve à sua frente a *Organización de Pueblos Indígenas de Pastaza (OPIP)*, por sua vez, tinha como principal demanda a demarcação e legalização de territórios indígenas na Amazônia. A mobilização teve êxito, dentre outras conquistas, de imediato logrou a concessão do governo de 1.115.574 hectares a mais de 100 comunidades (Tamayo, 1992). Já o *levantamiento* de junho de 1994, ocorreu em contestação à uma legislação agrária proposta pelo governo de Durán Ballén (Maldonado, 2018; Guerrero, 1996).

Na segunda fase dos ciclos de protestos, como já mencionado, as demandas estavam mais vinculadas às questões econômicas propriamente ditas, e por isso neles estavam envolvidas outras organizações além das indígenas, muito embora o movimento indígena fosse uma das principais forças de mobilização do país. Em relação a este período, Maldonado (2018) afirma: “na segunda metade da década dos anos noventa, o movimento indígena foi um protagonista central nos sucessivos protestos levantados em 1997, 1998, março e julho de 1999, 2000 e 2001” (Maldonado, 2018, p.28). Todavia, dentre eles, o autor ressalta três que tiveram grande destaque, um ocorrido entre janeiro e fevereiro de 1997, quando organizações indígenas e camponesas se somaram às centrais sindicais e outro movimentos e lançaram uma plataforma de luta contra medidas econômicas do governo, convertendo-se numa pressão popular que contribuiu para a queda do então presidente, Abdalá Bucaram. Outro em julho de 1999, também contra medidas econômicas do governo, de acordo com Maldonado (2018), dentre outras coisas, a abrangência da mobilização obrigou

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.yachana.org/earchivo/conaie/mandato.php>.

o governo de Jamil Mahuad a congelar os preços dos combustíveis e do gás de cozinha, que seriam elevados. No ano seguinte, em janeiro de 2000, outro *levantamiento* culminou com a queda do governo Mahuad. Este foi um período de efervescência política e de amplas mobilizações, com o movimento indígena sendo protagonista, na contestação do modelo de desenvolvimento baseado no neoliberalismo e no neoextrativismo. Entre 1996 e 2006, o Equador teve sete presidentes, sendo três eleitos (Abdalá Bucaram 1996-1997, Jamil Mahuad 1998-2000 e Lucio Gutiérrez 2003-2005) que não conseguiram terminar o mandato, sendo depostos por pressão popular. (Acosta, 2009; Maldonado, 2018).

É importante ressaltar que estas mobilizações não foram espontâneas, no sentido de não ter havido organizações coletivas que conduziram as ações, pelo contrário, tradicionalmente no Equador, os povos indígenas e a população camponesa, a exemplo do que ocorre em outros países latino-americanos, são amplamente organizados<sup>15</sup>, sendo que a principal organização indígena do país é a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), que surge como “expressão política nacional dos povos e nacionalidades indígenas” em 1986, no contexto de um processo de confluência das organizações indígenas buscando a consolidação de uma plataforma comum de luta (Maldonado, 2018, p.151). É justamente no contexto deste ciclo de protestos, os *levantamientos*, que a CONAIE se consolida como a maior e mais representativa organização indígena do Equador, tornando-se o canal de contato entre o movimento indígena e o Estado equatoriano (Maldonado, 2018; Araujo e Silva, 2022).

Embora seja a organização de maior destaque nacionalmente, a CONAIE não é a única organização indígena do Equador, na verdade, o movimento é constituído por diversas organizações em diferentes níveis de atuação. Araujo e Silva (2022), descrevem a estrutura organizacional destes coletivos da seguinte forma:

No Equador, as comunidades indígenas e camponesas se organizam, no geral, em uma estrutura de diferentes escalas. No nível local, há as consideradas organizações de base, como as comunas e associações, que são as primeiras unidades de organização das famílias. Depois, há as chamadas "organizações de segundo grau", que agregam as organizações de base em torno de um tema ou pertencimento territorial, como os comitês de páramo, juntas de água, união de comunidades. Há ainda as Confederações e Federações de Povos, que é o sujeito jurídico que engloba todas as comunas, associações e

---

<sup>15</sup> Sobre o processo de organização indígena no Equador, ver: *CONAIE - Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador. Las nacionalidades indígenas en el Ecuador: nuestro proceso organizativo. 2ª Ed. Quito: Ediciones TINCUI -CONAIE - Abya Yala, 1989.*

organizações de segundo grau, de acordo com uma base étnica ou de pertencimento territorial. No nível regional, na região Andina, há a Ecuarunari, [...] que agrega os povos. E, nacionalmente, há diferentes organizações indígenas, com a Conaie sendo a que tem maior expressão e aderência. (Araujo e Silva, 2022, p.9)

As autoras ainda ressaltam que o fato do movimento indígena e camponês equatoriano estar estruturado em diferentes escalas, não significa que exista uma hierarquia entre eles, na qual as organizações locais seriam menos importantes em relação às organizações de escala regional e nacional, na verdade, essas organizações são interdependentes, estão intimamente vinculadas umas às outras e a estrutura na qual elas estão inseridas demonstra a capilaridade e a capacidade do movimento de atuar em diferentes instâncias, de forma descentralizada (Araujo e Silva, 2022).

Outro aspecto importante da ação política do movimento indígena equatoriano, para além da organização coletiva e suas mobilizações, é a participação na política institucional, que, em certa medida, possui relação com as lutas do período a que estamos aludindo neste tópico (década de 1990). A organização indigenista com maior expressão política no Equador, é o partido Pachakutik, também conhecido como *Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik- Nuevo País (MUPP)*, criado em 1995, no âmbito da própria CONAIE (Maldonado, 2018), que representa “a agenda política partidária dos movimentos indígenas” (Araujo e Silva, 2022, p.18). O termo *Pacha-kutik*, representa a cosmovisão indígena de tempo cíclico, significando renovação. O partido se define como um movimento político de esquerda, plurinacional e intercultural, sendo uma expressão da luta e da resistência social contra o capitalismo predatório, reunindo diversos outros movimentos sociais para além dos de base indígena, muito embora seja um partido criado para representar os povos indígenas no cenário político equatoriano.<sup>16</sup>

Ante o exposto, torna-se evidente que o movimento indígena no Equador se consolidou como um importante agente da política nacional, e esta relevância é o aspecto que gostaríamos de destacar com a elaboração deste tópico sobre os *levantamientos*, uma vez que, a essência destas lutas, não se limita à reivindicação de direitos, juntos a isso, está a propositura de uma nova perspectiva de sociedade e de mundo, apenas a título de exemplo, como já mencionado, é no contexto dessas lutas que a plurinacionalidade e o bem viver, até então, conceitualizações abstratas para a sociedade de modo geral, mas princípio de vida para os povos indígenas, e portanto, formas de expressão de suas perspectivas em relação ao que é

---

<sup>16</sup> Informações sobre o Pachakutik retiradas de: <https://pachakutik.com.ec/>

a sociedade equatoriana e em relação, ao que ela deve buscar em termos de desenvolvimento comum, transcendem do âmbito do universo indígena, simbólico e discursivo, e se tornam valores expressos na Constituição do país. Evidentemente, isso não é uma garantia de que houve uma transformação real e profunda na sociedade, inúmeros trabalhos já problematizam a realidade equatoriana distante de tais valores constitucionais (Aguiar e Reis, 2021; Vela-Almeida, 2019; Maldonado, 2018), todavia, isso não reduz a importância de que diferentes concepções de mundo, sejam pautadas no debate público, especialmente, num mundo homogeneizante, e muito por conta disso, em colapso. Neste sentido, o movimento indígena conseguiu, não apenas resistir, mas propor à sociedade equatoriana, alternativas para o seu futuro.

### **6.1.2 A Luta por Yasuní**

Yasuní é um território situado na porção nordeste da Amazônia equatoriana, que abriga uma das maiores biodiversidades do planeta, bem como, povos indígenas, inclusive, povos em isolamento voluntário, como é o caso dos Tagaeri e os Taromenane. Em termos de diversidade de vida silvestre, a região é o habitat de pelo menos, 165 espécies de mamíferos, 630 de aves, 110 de anfíbios, 72 de répteis, 1.130 espécies de árvores, dentre outras, espécies animais e vegetais ainda a serem catalogadas (Milanez, 2014; Acosta *et al*, 2009). Em 1979, nesta região, foi criado pelo governo do Equador, o Parque Nacional de Yasuní, e dez anos depois, em 1989, é criada a Reserva da Biosfera Yasuní, pela UNESCO<sup>17</sup>. Em 1990, o governo também criou, em Yasuní, a Reserva Étnica Waorani (REW), já que a região é parte do território ancestral deste povo. Os Tagaeri e os Taromenane optaram pelo isolamento, mas continuam vivendo em Yasuní (Milanez, 2014; Latinoamérica Sustentable, 2023b). Em 1999, outra ação governamental, estabeleceu na área, as Zonas Intangíveis de Conservação, em razão da “importância cultural e ecológica da região” (Milanez, 2014, p.206).

Além de toda esta riqueza, em termos de biodiversidade e também cultural, no subsolo de Yasuní estão consideráveis reservas de petróleo, como acontece, em geral, na Amazônia equatoriana. Como vimos em capítulos anteriores, as reservas de petróleo equatorianas estão, majoritariamente na região Amazônica, e sua exploração desencadeou o terceiro grande ciclo econômico do país, a partir da década de 1970, embora, caiba ressaltar que, ainda que em menores proporções, o petróleo já era explorado no Equador, desde o final do século XIX (Milanez, 2014). De acordo com Acosta *et al* (2009), estimativas calcularam a possibilidade

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://reservabiosferayasuni.org/>

de que do subsolo de Yasuní pudessem ser retirados aproximadamente 846 milhões de barris de petróleo, o que demandaria um processo de extração que duraria 13 anos, sendo que a partir do quinto ano, o volume poderia chegar a 107 mil barris por dia. Parafraseando Acosta (2009), esta condição parece representar mais um exemplo, do que o autor denomina, no título de um de seus livros como a “maldição da abundância”, pois, evidentemente, o mercantilismo da indústria petrolífera entrou em ação para que o Estado equatoriano permitisse a exploração em Yasuní. Diante desta ameaça a sociedade civil, de modo geral, e os povos indígenas se mobilizaram para evitar uma tragédia anunciada, uma vez que, o Equador possui um amplo histórico de conflitos e desastres socioambientais envolvendo a extração de petróleo na Amazônia, como afirma Bruno Milanez:

A Amazônia equatoriana possui uma longa história de degradação ambiental, bem como de conflitos entre povos indígenas e empresas petrolíferas. As estratégias de ocupação das petroleiras têm sido questionáveis por diferentes aspectos e as ações das empresas nestes territórios, muitas vezes, contaminam o meio ambiente, desconsideram os direitos das comunidades tradicionais e desrespeitaram a Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. (Milanez, 2014, p.203)

É no âmbito das mobilizações em defesa de Yasuní, que surge a proposta de conservação construída pela sociedade equatoriana, conhecida como Yasuní-ITT (Ishpingo-Tambococha-Tiputini) (Acosta, 2014). A iniciativa propunha a não exploração de petróleo no bloco 43, que compreende os campos de Ishpingo, Tambococha e Tiputini, território cuja maior parte se encontra dentro do Parque Nacional Yasuní, justamente, por ser uma área sensível, em razão da rica biodiversidade e da presença de povos isolados, como já citamos. De acordo com Alberto Acosta, a iniciativa estava fundamentada em quatro pilares, quais sejam, proteger o território dos povos indígenas em isolamento voluntário, proteger uma das áreas com a maior biodiversidade já registrada no planeta, proteger o clima global evitando a emissão de toneladas de gases do efeito estufa e dar início a uma possível transição energética no Equador. Em troca, o Estado equatoriano reivindicaria uma compensação financeira da comunidade internacional, argumentando a responsabilidade compartilhada na proteção do planeta, bem como, por estar abrindo mão, ao decidir não explorar o petróleo de Yasuní, de bilhões de dólares que poderiam contribuir para o desenvolvimento da sociedade equatoriana (Acosta, 2014; Acosta *et al*, 2009). É importante ressaltar que, no Equador já havia precedentes de compensações financeiras pela conservação ambiental, assim como, a proposta de uma moratória pela proteção da Amazônia já estava sendo discutida, desde o

início dos anos 2000<sup>18</sup> (Acosta, 2014; Milanez, 2014; Davidov, 2012; Acción Ecológica, 2000).

A proposta foi formalizada e apresentada pela OILWatch, “uma rede de resistência a atividades petrolíferas em países tropicais” (Milanez, 2014, p.200), em junho de 2005, através do documento intitulado “*Um chamado ecológico para conservação, clima e direitos*”, em um evento sobre áreas protegidas realizado em Montecatini, na Itália (Acosta, 2014), gerando entusiasmo e aceitação, tanto no âmbito nacional quanto internacional (Milanez, 2014). De todo modo, a proposta ainda precisava ser aceita pelo o Estado equatoriano, o que ocorreu em 2007, no governo de Rafael Correa (2007-2017). O compromisso com a iniciativa Yasuní-ITT foi assumido no âmbito do ministério de Minas e Energia, cujo titular da pasta, na ocasião, era Alberto Acosta (Milanez, 2014). Vale destacar que Rafael Correa chegou à presidência do Equador, com forte apoio popular de movimentos sociais e de setores da esquerda equatoriana, com sua plataforma de governo gerando grandes expectativas de mudanças sociais pelas propostas progressistas anunciadas, todavia, as transformações esperadas não aconteceram e, dentre outras coisas, o Equador continuou com seu modelo de desenvolvimento baseado no extrativismo. (Maldonado, 2018). Há questionamentos, inclusive, sobre a real intenção de seu governo levar adiante a iniciativa Yasuní-ITT, uma vez que, no mesmo ano (2007) em que o governo anunciou a aceitação da proposta, também assinou memorandos de entendimento com empresas transnacionais, da China e também com a brasileira, Petrobras, para exploração em Yasuní (Acosta, 2009; Milanez, 2014).

Apesar desta dubiedade do governo, a iniciativa Yasuní-ITT foi amplamente promovida em diferentes fóruns internacionais e campanhas em torno dela foram realizadas em âmbito nacional e internacional, por diversas organizações não governamentais (Milanez, 2014), logrando êxito, e sendo considerada legítima por diferentes organismos multilaterais. Países como Alemanha e Espanha manifestaram interesse em contribuir financeiramente. Todavia, surgiram impasses e dificuldades em estabelecer um sistema de compensação ao Equador, e o governo de Rafael Correa condicionou irremediavelmente a materialização da iniciativa às compensações financeiras.

Essa preocupação intransigente com as compensações foi um elemento de afastamento entre o governo e os movimentos sociais. Por um lado, na perspectiva do governo a Iniciativa parecia ter sido reduzida à compensação financeira. Por outro lado, ONGs e movimentos sociais defendem que os benefícios sociais e

---

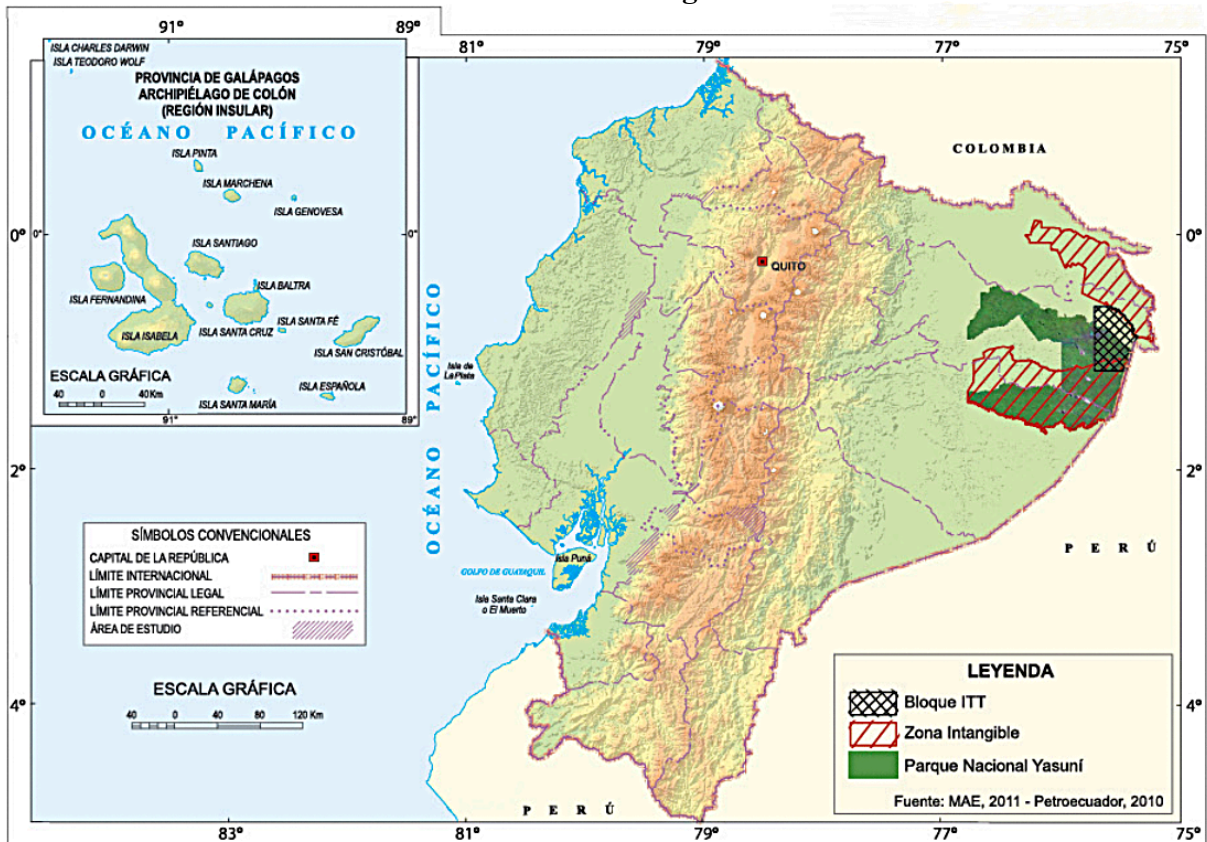
<sup>18</sup> Sobre a proposta de moratória pela preservação da Amazônia ver: <https://www.accionecologica.org/wp-content/uploads/ecuador-post-petrolero.docx.pdf>

ambientais da conservação de Yasuní eram importantes por si só e que o Equador deveria levar adiante a Iniciativa, independente da quantidade de recursos obtidos (Milanez, 2014, p.209)

Estes impasses impediram que a proposta fosse colocada em prática, e não tardou para que o governo de Rafael Correa começasse a estipular prazos para uma solução e fazer ameaças de desistir da iniciativa Yasuní-ITT, o que de fato aconteceu, em agosto de 2013 (Milanez, 2014; Acosta, 2014). Nem mesmo a Constituição equatoriana de 2008, que inovou em reconhecer os direitos da natureza (Constituição da República do Equador, 2008, art. 71 e art. 72), garantiu a proteção de Yasuní, frente a pressão mercantilista da indústria petrolífera, pois o mesmo artigo constitucional que proíbe a exploração de recursos naturais não renováveis em áreas protegidas e zonas intangíveis, caso de Yasuní, diz que excepcionalmente, tais áreas poderão ser exploradas “por solicitação fundamentada da Presidência da República e declaração de interesse nacional pela Assembleia Nacional (Constituição da República do Equador, 2008, art. 407), e desta forma, mais uma vez na história do Equador, o extrativismo foi tomado como caminho para o desenvolvimento.

Um elemento importante sobre o caso de Yasuní, especialmente para este trabalho, é o fato de que, apesar de empresas petrolíferas de variadas nacionalidades estarem atuando na Amazônia equatoriana, além da própria Petroecuador (Milanez, 2014; Acosta, 2009), empresas chinesas estão conduzindo operações de extração de petróleo, inclusive, dentro do Parque Nacional de Yasuní. Desde 2016 a empresa chinesa *China Petroleum & Chemical Corporation* (Sinopec) e a *Chuanqing Drilling Engineering Company Limited* (CDEC), estão operando no Bloco 43, em Tambococha e Tiputini. Em fevereiro de 2022, a CDEC recebeu o contrato de perfuração no campo de Ishpingo, talvez o mais sensível, a apenas 300 metros da Zona Intangível que protege a área dos povos isolados, Tagaeri e Taromenane. Ou seja, as empresas chinesas chegaram aos três campos (Ishpingo, Tambococha e Tiputini) cuja preservação era reivindicada na iniciativa Yasuní-ITT (Latinoamérica Sustentable, 2023b). Ainda de acordo com o documento elaborado pela Latinoamérica Sustentable, “somente no Bloco 43 da ITT, pelo menos 17 vazamentos de óleo foram registrados desde 2016, quando as empresas chinesas entraram na área” (Latinoamérica Sustentable, 2023b, p.19). De acordo com Acosta (2014), não há tecnologia que elimine integralmente os riscos da extração de petróleo às comunidades e à natureza, como por exemplo, os vazamentos acidentais. Assim, podemos afirmar que, em nome do progresso e do desenvolvimento econômico, o governo equatoriano assumiu o risco de causar danos irreparáveis à vida em Yasuní.

**Figura 7: Mapa da localização do Parque Nacional Yasuní (PNY), do Bloco 43 - ITT e das Zonas Intangíveis**



Fonte: Atlas Geográfico de la República del Ecuador - Instituto Geográfico Militar (IGM). Equador, 2013

Além da questão relativa às empresas petrolíferas chinesas com operações de extração em Yasuní, também é importante no âmbito deste trabalho, sobretudo, nesta seção acerca das lutas socioterritoriais, destacar, ainda que de modo geral, a mobilização popular que surgiu como consequência da desistência do governo equatoriano em implementar a iniciativa Yasuní-ITT. O anúncio de que o governo de Rafael Correa não levaria adiante a proposta de deixar o petróleo no solo de Yasuní, se deu em 15 de agosto de 2013 (Acosta, 2014), e em 17 de agosto de 2013, nasce o coletivo YASunidos, como uma plataforma de mobilização popular abrangente, que uniu diversos movimentos sociais e setores da sociedade civil em torno da defesa de Yasuní (Yasunidos, 2025). Murillo *et al*, define o YASunidos como “um coletivo de coletivos que gerou um movimento que ultrapassou o nível local, abrangendo outras escalas, consolidando-se como um movimento transescalar” (Murillo *et al*, 2019, p.39).

O principal objetivo deste movimento era convocar uma consulta popular, um referendo, para que através da democracia direta, a população equatoriana decidisse se o petróleo de Yasuní deveria ser explorado ou não. Foram necessários grandes esforços para colher as assinaturas necessárias, além da superação de empecilhos, como possíveis fraudes

atribuídas, pelo movimento, ao Conselho Nacional Eleitoral (CNE), que em seu processo de verificação das assinaturas alegou não haver assinaturas suficientes. Até que em 6 de setembro de 2022, o Tribunal de Contencioso Eleitoral do Equador, emite decisão favorável ao YASunidos, reconhecendo que o movimento coletou assinaturas suficientes para convocar o referendo. Em 9 de maio de 2023, o Tribunal Constitucional do Equador (Suprema corte equatoriana), emite sentença declarando a constitucionalidade da proposta de referendo, dando, então, a aprovação para que ele ocorresse. Em 20 de agosto de 2023, após 10 anos de luta da sociedade civil representada pelo coletivo YASunidos, o referendo foi realizado, concomitantemente, com as eleições gerais que haviam sido antecipadas, e o “sim”, para que a exploração de petróleo em Yasuní fosse interrompida venceu, com 5.541.585 votos, representando 58,95% dos votos válidos. (Yasunidos, 2025).<sup>19</sup> Em 8 de maio de 2024 o governo equatoriano, através do Decreto Executivo nº. 257<sup>20</sup>, criou o Comitê de Execução da Vontade Popular Yasuní-ITT, para cumprir, através de um cessamento progressivo e ordenado, a decisão popular de interromper a extração de petróleo do Bloco-43.

Sem dúvida, a realização do referendo e seu resultado, foram uma conquista histórica para os movimentos sociais equatorianos, muito embora, este fato, por si só não represente garantia de proteção integral à Yasuní, especialmente, considerando que o governo eleito nas eleições gerais que aconteceram concomitantemente ao referendo, personificado na figura do presidente Daniel Noboa (2023-atual), expressa tendências a manter o neoextrativismo como política de desenvolvimento. A assinatura do Tratado de Livre Comércio com a China, abordado na seção 5, que entrou em vigor apenas alguns meses após o referendo, apesar de não ter sido negociado pelo atual governo, é um indicativo de que o Equador manterá em curso, pelos próximos anos, a política agrário-extrativista que sustenta as exportações do país, o que, sob a ótica da crítica ao neoextrativismo, significa a manutenção do que Maristella Svampa denomina de “ilusão desenvolvimentista”, representando o pensamento segundo o qual:

[...] graças às oportunidades econômicas - a alta dos preços das matérias-primas e a demanda crescente, proveniente sobretudo da China-, seria possível encurtar rapidamente a distância com relação aos países industrializados, a fim de alcançar aquele desenvolvimento sempre prometido e nunca realizado de nossas sociedades. (Svampa, 2019, p.41)

---

<sup>19</sup> As informações deste parágrafo constam na página oficial do YASunidos, disponível em: <https://www.yasunidos.org/nuestra-historia/>

<sup>20</sup> Disponível em: [https://primicias.s3.amazonaws.com/pdfPrimicias/YASUN%C3%8D+%E2%80%93ITT+\(CEVP+YASUN%C3%8D-ITT\).pdf](https://primicias.s3.amazonaws.com/pdfPrimicias/YASUN%C3%8D+%E2%80%93ITT+(CEVP+YASUN%C3%8D-ITT).pdf)

Assim, as tensões territoriais (Porto-Gonçalves, 2017), estendem-se para a disputa sobre a natureza do desenvolvimento, que, de modo geral, hegemonicamente está associado ao progresso industrial e tecnológico, no âmbito de um paradigma produtivista, transformado em único meio para o progresso social (Svampa, 2008). Este tipo de desenvolvimento, cujo fundamento é o consumo, demonstrou que para ser sustentado necessita cada vez mais de recursos naturais, ou seja, necessita da “acumulação via espoliação” (Harvey, 2004a) e portanto, de um outro tipo de territorialidade, o que, nos termos de Carlos Walter Porto-Gonçalves (2017, p.28), poderíamos chamar de “territorialidade do desenvolvimento”, que conota dominação, e só existe pela supressão da “territorialidade do envolvimento”, ou seja, de uma territorialidade daquele/as que estão envolvidos/as material e simbolicamente com o território. Portanto, trata-se de duas formas distintas de relação com o território ou com o espaço, que pode muito bem ser traduzida na distinção entre dominação (valor de troca) e apropriação (valor de uso), feita por Henri Lefebvre (Haesbaert, 2007). Enquanto a territorialidade do capital extrativo, implica predação, a “territorialidade do envolvimento”, implica em manutenção da vida.

Sobre Yasuní, Diana Murillo *et al* (2019), com base em Svampa (2008) e Harvey (2004b), falam em “espaços de sacrifício” e “espaços de esperança”. O primeiro resulta da lógica estatal associada ao capital extrativo, para o qual existem “territórios vazios ou socialmente vazios” (Svampa, 2008, p.8), cujo único valor real que neles há, são os recursos naturais, quase sempre, como em Yasuní, desconsiderando a biodiversidade e os povos originários neles existentes. Deste modo, tais espaços/territórios podem se tornar em áreas “sacrificáveis” em nome de um bem maior, como o desenvolvimento do país. O segundo é o contraponto ao primeiro, resulta do questionamento da lógica de dominação, “são os espaços que confrontam o sacrifício” (Murillo *et al*, 2019, p.37), e se constituem a partir das ações de contestação dos movimentos socioterritoriais e/ou socioambientais, que objetivam assegurar que o território não seja reduzido a um recurso “precificável”.

**Figura 8: Exploração de petróleo em Yasuní - Equador**



**Fonte:** Erin Schaff - The New York Times, 2022

## 6.2 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

As lutas socioterritoriais são uma expressão de resistência contra a colonialidade presente no pensamento dominante que, de modo geral, define desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. É razoável afirmar que, em determinadas circunstâncias, este tipo de desenvolvimento, pode representar melhoria de vida para uma parcela da população, contudo, são notórias as implicações que a lógica do progresso ilimitado suscita, inclusive, para a manutenção da vida no planeta. Cabe destacar que todo desenvolvimento já obtido pelos países centrais, se constituiu com base na exploração predatória do planeta, portanto, não queremos, ao abordar a realidade equatoriana, reproduzir estigmas que restringe as responsabilidades da crise ambiental aos países em desenvolvimento. Ademais, um dos aspectos mais importantes dos movimentos socioterritoriais, é a tentativa de evitar que os países em desenvolvimento sigam o mesmo caminho dos países centrais. No que concerne aos eventos recentes no Equador, a luta pela vida e pelo território, demonstraram que a sociedade equatoriana, e sobretudo os povos indígenas e camponeses, não compactuam com a dominação e exploração perpetrada pelos atores hegemônicos.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qualificar a relação bilateral entre países não é uma tarefa fácil, haja vista a amplitude que este assunto pode ter, bem como, o fato de que toda qualificação pressupõe o estabelecimento de critérios que, eventualmente, podem variar em termos de importância a depender da perspectiva de análise assumida e da discussão que se objetiva propor. Deste modo, consciente da complexidade da questão-problema deste trabalho, consideramos que era viável desenvolver nossa análise a partir da hipótese de que, a relação com a China, nos moldes como se dá, pode ser um fator que contribua para que o Equador aprofunde, ou pelo menos mantenha a condição de um país exportador de recursos naturais, considerando, sobretudo, as implicações econômicas, socioambientais e territoriais desta condição, como critério para qualificar a relação entre os países.

Neste sentido, analisar determinados aspectos da economia equatoriana e da relação comercial China-Ecuador, teve como objetivo captar indícios da possibilidade de que a relação entre os dois países, seja uma reprodução da dinâmica centro-periferia, cuja característica histórica é a captação das riquezas do país periférico por parte do país central, a fim de sustentar seu processo de desenvolvimento, como já ocorreu ou ocorre, com países latino-americanos em relação à Europa e aos EUA. Abordar as implicações deste processo no âmbito do espaço vivido, como a fragilização dos territórios, expressa nas lutas de re-existência, foi uma forma de não restringir a análise apenas a aspectos econômicos, ao mesmo tempo em que, ao contestarem o avanço do capital extrativista, tais movimentos são um indicativo das consequências que o tipo de relação entre China e Equador pode acarretar.

Ademais, historicamente, os três ciclos econômicos do Equador não deixam dúvidas da dependência que a economia equatoriana tem em relação às atividades extrativistas, assim como, o fato de que ainda hoje, aproximadamente, 80% das exportações equatorianas são de produtos primários, demonstra como a matriz produtiva pouco se modificou ao longo do tempo. Diante disso, a forma como a relação China-Ecuador tem sido constituída, considerando a grande demanda chinesa por recursos naturais expressa na balança comercial entre os dois países, o investimento chinês na extração de petróleo, os projetos vinculados à Nova Rota da Seda, como infraestruturas para operações logísticas e escoamento de mercadorias e o recente Tratado de Livre Comércio, com a devida cautela, pode configurar uma conjuntura que estimule o neoextrativismo como meio de desenvolvimento, como postulado por Maristella Svampa (2019), gerando a eclosão de conflitos ambientais e

territoriais como implicação imediata da expansão da fronteira extrativista. O caso de Yasuni seria um dos exemplos atuais deste fato.

Mesmo considerando a posição de autores como Pautasso *et al* (2020), que veem o adensamento da relação da China com países latino-americanos como uma boa oportunidade para estes, tanto pela ampliação das margens de manobras da política externa diante da competição entre EUA e China na região, quanto pela possibilidade de fazer avançar projetos necessários para o desenvolvimento, sobretudo, no que diz respeito à infraestrutura que pode ser criada no âmbito da Nova Rota da Seda, a questão do aprofundamento de uma economia primarizada continua latente, uma vez que, particularmente, no que diz respeito à construção de infraestruturas, estas são, de maneira geral, voltadas para expansão da produção e escoamento de recursos naturais. Portanto, ao se discutir a dependência das economias latino-americanas em relação a uma pauta exportadora de produtos primários, cabe a pergunta: qual o potencial das infraestruturas vinculadas a NRS, para facilitar que as economias nacionais da região superem a condição primarizada?

Cabe ressaltar que não queremos, contudo, atribuir exclusivamente à China a responsabilidade sobre a atual condição de dependência e subdesenvolvimento dos países latino-americanos e, particularmente, do Equador, mas refletir como o padrão de relacionamento com o gigante asiático pode contribuir para a continuidade do processo que constituiu historicamente esta condição de dependência e subdesenvolvimento, atribuindo a estes países o papel de exportadores de recursos naturais na divisão internacional do trabalho. E neste sentido, apesar de o relacionamento com a China ser descrito, de modo geral, como uma cooperação Sul-Sul, há claros indícios de que, nos moldes como se dá, ele reproduz o padrão centro-periferia. Além disso, ao considerar o subdesenvolvimento como uma característica negativa, não postulamos que os países latino-americanos, e como objeto deste trabalho, o Equador, devem fundamentar o seu desenvolvimento com base no paradigma do progresso infinito e do crescimento econômico ilimitado, pois seria apenas reproduzir, com outros atores, a situação que em suma estamos problematizando.

Talvez, a principal consideração a ser feita, é a de que o neoextrativismo como política de desenvolvimento, não garante a superação da condição de dependência, ao mesmo tempo em que representa um risco para a manutenção da vida e dos territórios das comunidades tradicionais, assim como, a própria noção de desenvolvimento precisa ser repensada à luz da relação humana com o planeta, ou seja, da reflexão acerca da desconexão que criamos ao

longo do tempo, pois, para aqueles que vivem em maior harmonia com a terra, a degradação ambiental representa uma tragédia, e não desenvolvimento, ao passo que, para outras pessoas, que, tendo exatamente a mesma necessidade vital do equilíbrio natural, a degradação é uma forma de avanço, ou pelo menos, um mal necessário, mas não uma tragédia, porque, dentre outras coisas, em última instância se desconectaram da terra. Neste sentido, o *buen vivir*, postulado como paradigma de desenvolvimento no Equador, se tomado como compromisso real, pode representar uma alternativa que contribua para a superação do “dilema” entre progresso e destruição. Por fim, a relação comercial China-Ecuador, para além das ponderações já feitas, representa ainda, um exemplo das verticalidades que, de acordo com Santos (2006) configuram os processos de escala global com efeitos que atravessam os territórios, como comércio internacional, sendo contestadas pelas horizontalidades do espaço cotidiano, como as lutas de resistência. Esse tensionamento é, simultaneamente, um indicativo das consequências que as demandas internacionais podem acarretar para os territórios e os modos de vida que neles se desenvolvem, e expressão de que as horizontalidades são alternativas contra-hegemônicas para a construção do futuro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIÓN ECOLÓGICA. **Ecuador post-petrolero** [PDF]. Quito: Acción Ecológica, junho 2000. Disponível em:

<https://www.accionecologica.org/wp-content/uploads/ecuador-post-petrolero.docx.pdf>.

Acesso em: 10 jun. 2025.

ACOSTA, A. **Breve História Econômica do Equador**. Brasília: IPRI, 2005. 325 p.

Disponível em:

[https://funag.gov.br/loja/download/301-Breve\\_Historia\\_Economica\\_do\\_Ecuador.pdf](https://funag.gov.br/loja/download/301-Breve_Historia_Economica_do_Ecuador.pdf). Acesso

em: 10 abr. 2025

ACOSTA, A. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición.

**Observatório de Ecologia Política da Venezuela**, 2012. Disponível em:

<https://www.ecopoliticavenezuela.org/wp-content/uploads/2018/03/neextractivismo-Alberto-Acosta.pdf> . Acesso em: 5 mar. 2025

ACOSTA, A. La difícil construcción de la utopía. **Rebelión**, 2014. Disponível em:

<https://rebelion.org/la-dificil-construccion-de-la-utopia/>. Acesso em: 10 jun. 2025

ACOSTA, A. **La maldición de la abundancia**. Quito: Comité Ecuaméxico de Proyectos (CEP) - Ediciones Abya Yala, 2009. 239 p.

ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.

ACOSTA, A. *et al.* Dejar el crudo en tierra o la búsqueda del paraíso perdido. Elementos para una propuesta política y económica para la Iniciativa de no explotación del crudo del ITT.

**Polis - Revista de la Universidad Bolivariana**, vol.8, nº 23, p.429-452. 2009

AGUIAR, R. V. O.; REIS, C. F. B. O *Buen Vivir* no Equador: teria um conceito teórico convertido em princípio constitucional se refletido em mudança estrutural para o desenvolvimento? In: **XXVI Encontro Nacional de Economia Política, 2021, Goiânia, online. XXVI Encontro Nacional de Economia Política**. Niterói: SEP, 2021.v. 1."ARTIGOS COMPLETOS"

ARAÚJO, R. P.; ALONSO, R. A. As relações entre Estados Unidos e América Latina (1889-1930): da Primeira Conferência Pan-Americana ao anti-imperialismo latino-americano. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, ISSN 1679-1061, Nº. 25, p.135-160, Jul./Dez., 2018.

Disponível em: <https://anphlac.emnuvens.com.br/anphlac/article/view/3060>. Acesso em: 17 jul. 2024

ARAÚJO, L. S.; SILVA, A. T. R. Jatarishun: revoltas indígenas camponesas do Equador e Bem Viver. **Caderno CRH**, Salvador, vol. 35, p. 1-23, 2022

ARAÚJO, L. S.; SILVA, A. T. R. Jatarishun: revoltas indígenas camponesas do Equador e Bem Viver. **Caderno CRH**, Salvador, vol. 35, p. 1-23, 2022

ARAÚJO, L. S.; SILVA, A. T. R. Jatarishun: revoltas indígenas camponesas do Equador e Bem Viver. **Caderno CRH**, Salvador, vol. 35, p. 1-23, 2022

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Tradução: RIBEIRO, V.; revisão de tradução: BENJAMIN, C.; Rio de Janeiro: Contraponto. São Paulo: Editora UNESP. 2006. 408 p.

BANCO CENTRAL DO EQUADOR (BCE). **Informe de la evolución de la economía ecuatoriana en 2023 y perspectivas 2024**. Quito: Banco Central del Ecuador, 2024.

Disponível em:

[https://contenido.bce.fin.ec/documentos/Administracion/EvolEconEcu\\_2023pers2024.pdf](https://contenido.bce.fin.ec/documentos/Administracion/EvolEconEcu_2023pers2024.pdf).

Acesso em: 10 jun. 2025.

BANCO CENTRAL DO EQUADOR (BCE). **Informe de evolución de la economía ecuatoriana en 2024 y perspectivas 2025**. Quito: Banco Central do Ecuador, 2024.

Disponível

em: [https://contenido.bce.fin.ec/documentos/Administracion/EvolEconEcu\\_2024pers2025.pdf](https://contenido.bce.fin.ec/documentos/Administracion/EvolEconEcu_2024pers2025.pdf)

Acesso em: 10 jun. 2025.

BANCO CENTRAL DEL ECUADOR (BCE). **Índice de la Memoria Anual 2023**. Quito: Banco Central del Ecuador, [s.d.]. Disponível em:

<https://contenido.bce.fin.ec/documentos/PublicacionesNotas/Catalogo/Memoria/2023/Indice2023.html>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BANCO CENTRAL DO EQUADOR (BCE). **Inversión Extranjera Directa. In: Información Económica – Sector Externo**. Quito: Banco Central do Ecuador, [s.d.].

Disponível em:

[https://contenido.bce.fin.ec/documentos/informacioneconomica/SectorExterno/ix\\_InversionExtranjeraDirecta.html#](https://contenido.bce.fin.ec/documentos/informacioneconomica/SectorExterno/ix_InversionExtranjeraDirecta.html#). Acesso em: 10 jun. 2025.

BANCO MUNDIAL. **Ecuador: visão geral**. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2024.

Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/ecuador>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BIELSCHOWSKY, R. Sesenta años de la CEPAL: estructuralismo y neoestructuralismo. **Revista de la CEPAL**, nº 97, p.173-194, 2009.

BRIGOLA, H. F.; TEIXEIRA, V. M. A influência de Nicholas Spykman nas relações contemporâneas entre EUA e Rússia: uma análise sobre a importância geopolítica da Ucrânia. **Revista de Geopolítica**, vol. 3, nº 3, p.1-19, 2022.

CARLETTI, A.; KOTZ, R. L.; CORREIA, G. J. As Novas Rotas da Seda: implicações geopolíticas dos investimentos da China na América Latina. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, vol. 14, nº 3, p.216-242, 2019

CARMONA, R. G. **Poder nacional e grande estratégia: uma análise geopolítica dos conceitos fundamentais do projeto brasileiro de potência**. 2017. (227p.) Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2017.

CINTRA, M. A. M.; PINTO, E. C. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 37, n.º 2 (147), p.381-400. 2017.

CRUZ HERNÁNDEZ, D. T. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. **Solar**, vol. 12, n. 1, p.35-46, 2016

DAVIDOV, V. Saving nature or performing sovereignty? Ecuador's initiative to 'keep oil in the ground'. **Anthropology Today**, vol.28, n.º 3, p.12-15. 2012. Disponível em: <https://rai.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8322.2012.00872.x>. Acesso em: 10 jun. 2025

ERGÜEZ, V. R. Distritos metropolitanos no Equador: um processo inacabado. In: COSTA, M.; LUI, L.; REBELLO, S. (org). **Governança Metropolitana na América Latina: um panorama das experiências contemporâneas sob uma mirada comparativa**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Rio de Janeiro, vol. 4, 1º ed. 2021

ESPINOSA, C.. O enigma de deixar o petróleo no solo - o projeto Yasuní-ITT do Equador sob uma perspectiva discursiva. **Forest Policy and Economics**, vol. 36, p. 27-36, 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1389934112001633>. Acesso em: 10 jun. 2025

FAJARDO, D. El TLC entre Ecuador y China: La profundización de la dependencia. In: Poder corporativo, Estado y luchas sociales: apuntes desde el derecho y la economía política internacional - protección de inversiones y tratados de libre comercio: la urgencia de un debate. **Boletín del Grupo de Trabajo Lex Mercatoria, poder corporativo y derechos humanos (CLACSO)**. n.º 2, p.5-105, 2024. Disponível em: [https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2024/04/V1\\_Poder-corporativo-Estado-y-luchas-sociales\\_N2.pdf](https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2024/04/V1_Poder-corporativo-Estado-y-luchas-sociales_N2.pdf). Acesso em: 15 jun. 2025

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**. Presidente Prudente, vol.8, n.º 6, p. 14-34. 2005

FILIPPI, E.; MATOS, M. Equador e sua geomorfologia: estudo da dinâmica econômica e interação no sistema mundial no século XX. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, Rio Claro, vol. 20, n.º 1, p.156-172, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/16410>. Acesso em: 17 abr. 2025

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução: Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2010. 400 p.

GARCIA, J. L. **Antropología del Territorio**. Taller de Ediciones JB. Madrid. 350 p.

GARCÍA ÁLVAREZ, S. **Sumak kawsay o buen vivir como alternativa al desarrollo en Ecuador**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar / Ediciones Abya-Yala, 2016. 191 p.

- GARZÓN, P.; CASTRO, D. China-Ecuador relations and the development of the hydro sector: a look at the Coca Codo Sinclair and Sopladora Hydroelectric projects. In: DUSSEL PETERS, E.; ARMONY, A.; CUI, S. (Ed.). **Building development for a new era: China's infrastructure projects in Latin America and the Caribbean**. Ciudad de México: Red ALC-China, 2018.
- GUDYNAS, E. *Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo*. In: "Extractivismo, política y sociedad", varios autores. CAAP y CLAES. Quito, Ecuador. Noviembre, 2009.
- GUERRERO, A. El levantamiento indígena de 1994. Discurso y representación política en Ecuador. **Nueva Sociedad**, nº 142, p.32-43, 1996.
- HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da Terra): Contribuições decoloniais. **GEOgraphia (UFF)**, vol.22, p.75-90, 2020b
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro, 14ª ed. Bertrand Brasil, 2024. 396 p.
- HAESBAERT, R. Território(s) numa perspectiva latino-americana. *Journal of Latin American Geography*, vol.9, p. 41-151, 2020a
- HAESBAERT, R. Território. **GEOgraphia (UFF)**, vol.15, p.1-7, 2023.
- HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, vol. 9, nº 17, p. 19-45, 2007
- HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. 7ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004b. 384 p.
- HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 8ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004a. 208 p.
- HUNG, H. A ascensão da China, a Ásia e o Sul Global. Tradução: DAHLIN, H.; GUIMARÃES, J. V. **Revista de Economia Contemporânea**, vol. 22, nº 1, p.1-26, 2018
- INSTITUTO GEOGRÁFICO MILITAR (IGM). **Atlas de la República del Ecuador**. Espanhol, 21 X 29,7 cm; letra de la fuente Myriadpro 10 ptos. Primeira edição, Ecuador, 2013. 350 p. Disponível em: <https://www.geoportaligm.gob.ec/aplicativog/index.html>. Acesso em: 15 abr. 2025
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (Ecuador). **VIII Censo de Población y VII Censo de Vivienda: Ecuador, 2022**. Quito: INEC, 2022. Disponível em: <https://anda.inec.gob.ec/anda/index.php/catalog/1085> . Acesso em: 17 jun. 2025.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INEC). **Pobreza y desigualdad: diciembre 2024**. Quito: INEC, 2024. Disponible en: [https://www.ecuadorencifras.gob.ec/documentos/web-inec/POBREZA/2024/Diciembre/202412\\_PobrezayDesigualdad.pdf](https://www.ecuadorencifras.gob.ec/documentos/web-inec/POBREZA/2024/Diciembre/202412_PobrezayDesigualdad.pdf). Acesso en: 20 mai. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). **Estudos analisam a evolução do comércio entre a China e os países da América Latina e Caribe.** *Portal Ipea*, Brasília, 19 jan. 2023. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13504-estudos-analisa-m-a-evolucao-do-comercio-entre-a-china-e-os-paises-da-america-latina-e-caribe#:~:text=Os%20estudos%20mostram%20a%20evolu%C3%A7%C3%A3o,US%24%2031%2C1%20bilh%C3%B5es>. Acesso em: 17 jun. 2024.

LATINOAMÉRICA SUSTENTABLE. **Challenges of the Free Trade Agreement between Ecuador and China.** Fundación Rosa Luxemburg - Oficina Región Andina, n° 49, p.1-14, 2023. Disponível em:

[https://www.rosalux.de/fileadmin/rls\\_uploads/pdfs/sonst\\_publicationen/free-trade-agreement-china-ecuador.pdf](https://www.rosalux.de/fileadmin/rls_uploads/pdfs/sonst_publicationen/free-trade-agreement-china-ecuador.pdf). Acesso em: 1 maio 2024

LATINOAMÉRICA SUSTENTABLE. **China in Yasuní ITT Block** [PDF]. Quito. 2023(b) ISBN: 978-9942-8958-2-0. Disponível em:

[https://latsustentable.org/wp-content/uploads/2023/07/ENG-China-in-Yasuni-ITT-Block-18.julio\\_2023-final.pdf](https://latsustentable.org/wp-content/uploads/2023/07/ENG-China-in-Yasuni-ITT-Block-18.julio_2023-final.pdf). Acesso em: 12 jun. 2025.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : fev. 2006. 476 p.

LEFF, E. La ecología política en América Latina: un campo en construcción. In: ALIMONDA, H. **Los tormentos de la materia. Aportes para una ecología política latinoamericana.** CLACSO, Buenos Aires, 1 ed. 2006. 288 p.

LIÉVANO, A. B. Como a Iniciativa do Cinturão e Rota está progredindo na região andina? **Dialogue Earth**, 18 jun. 2019. Disponível em:

<https://dialogue.earth/es/negocios/27815-como-avanza-la-franja-y-la-ruta-en-la-region-andina/>. Acesso em: 12 abr. 2025

LEÓN TRUJILLO, J. **De campesinos a ciudadanos diferentes. El levantamiento indígena.** Quito: CEDIME – Ediciones Abya Yala, 1994. 235 p.

LOPES FILHO, C. R. F. U. *et al.* Nova Rota da Seda na América Latina: entre adesões e hesitações. **Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)**, n° 33, p.88-138, 2022

LÓPEZ A., Aragón J., y Ulloa J. Cartografía histórica de las Áreas Naturales Protegidas y los Territorios Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana. Quito: EcoCiencia, Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada (RAISG), 2016.

MACKINDER, H. J. *The Geographical Pivot History.* *The Geographical Journal*, vol. 23, n° 4, 1904. Tradução: Fabrício Vasselai. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n° 29, p.87-100, 2011

MALDONADO, R. J. L. **ESTADO E MOVIMENTO INDÍGENA NO EQUADOR: Do multiculturalismo neoliberal ao Estado plurinacional degradado (1990-2017)**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2018.

MALDONADO BRAVO, E. E.. Plurinacionalidade: um histórico à margem esquerda. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, v. 9, n. 1, Brasília, p.347-388, jan./jun. 2023

MARINI, R. M.. **Dialética da Dependência**. In: TRASPADINI, R. e STÉDILE, J. P. (orgs.). Ruy Mauro Marini: Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 359 p.

MARQUES, P. **Dependência e Superexploração do Trabalho no Capitalismo Contemporâneo**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Brasília, ABET, 2013. 130 p.

MEDEIROS, C. A.; CINTRA, M. R. Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. **Revista de Economia Política**, vol. 35, nº 1 (138), p.28-42, 2015

MENDONÇA, M. A. A.; LOPES FILHO, C. R. F. U.; OLIVEIRA, J. K. B. S. A Nova Rota da Seda e a projeção econômica internacional da China: redes de financiamento e fluxos de Investimento Externo Direto (IED). **Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)**, nº 31, p.10-37, 2021

MILANEZ, B. Equador: deixar o petróleo no subsolo. In: MALERBA, J. (org.). **Diferentes formas de dizer Não. Experiências de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral**. Rio de Janeiro: Fase, 1 ed. 2014.

MINISTÉRIO DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO EXTERIOR, INVESTIMENTOS E PESCA (Equador). **Tratado de Libre Comercio Ecuador – China**. Quito. Disponível em: <https://www.produccion.gob.ec/?s=tratado+de+libre+comercio+china>. Acesso em: 10 jun. 2025.

MINISTÉRIO DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO EXTERIOR, INVESTIMENTOS E PESCA (Equador). **Tratado de Libre Comercio entre el Gobierno de la República del Ecuador y el Gobierno de la República Popular China**. Quito. 2023. 721 p. Disponível em: [https://www.produccion.gob.ec/wp-content/uploads/2023/12/Copia-de-FTA-COPY-ECUADOR-SPANISH\\_.pdf](https://www.produccion.gob.ec/wp-content/uploads/2023/12/Copia-de-FTA-COPY-ECUADOR-SPANISH_.pdf). Acesso em: 15 jun. 2025.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ÁGUA E TRANSIÇÃO ECOLÓGICA. **Parque Nacional Yasuní celebra su 36 aniversario de creación**. Quito, 25 jul. 2015. Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/parque-nacional-yasuni-celebra-su-36-aniversario-de-creacion/>. Acesso em: 12 jun. 2025

MORA, E. A. **Resumen de Historia del Ecuador**. 3ª ed. Quito: Corporación Editora Nacional, 2008.

MORAIS DA SILVA, A. K. **Os impactos da transição hegemônica sobre a periferia: uma análise dos arranjos político-institucionais da América do Sul no século XXI desde a perspectiva do sistema-mundo**. 2022. (231p.). Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina) – Instituto Latino-americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2022.

MURILLO, D. *et al.* Espacios de sacrificio y espacios de esperanza en el Ecuador plurinacional. In: JIMÉNEZ, M.; TORRES, N. (coord.). **Geografía Crítica para detener el despojo de los territorios. Teoría, experiencias y casos de trabajo en Ecuador**. Quito: Coletivo Geografía Crítica Ecuador - Ediciones Abya Yala, 2019. 221 p.

OURIQUES, H. R. As relações econômicas entre América Latina e China: uma perspectiva sistêmica. **Perspectivas**, São Paulo, vol. 45, p.9-40, 2015

PALMA, G. J.. “Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesa”. **Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento**, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Agosto, 2005

PAUTASSO, D. *et al.* A iniciativa do Cinturão e Rota e os dilemas da América Latina. **Revista Tempo do Mundo**, nº 24, p.78-106, 2020.

PORTO-GONÇALVES, C. W.. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, A. E. (coord.) Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. **Conselho Latino-americano de Ciências Sociais CLACSO**, Buenos Aires, pp. 151-197. 2006. Disponível em: [https://www.clacso.org.ar/clacso/novedades\\_editoriales/libros\\_clacso/buscar\\_libro\\_detalle.php?id\\_libro=154&campo=autor&texto=gambina](https://www.clacso.org.ar/clacso/novedades_editoriales/libros_clacso/buscar_libro_detalle.php?id_libro=154&campo=autor&texto=gambina). Acesso em: 3 mar. 2025

PORTO-GONÇALVES, C. W. De utopias e de topoi: espaço e poder em questão (perspectivas desde algumas experiências de lutas sociais na América Latina/Abya Yala). **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, vol. 3, nº 2, p. 10-58, 2017.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C.. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013. 276 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Centro de Dados – Dados específicos por país: Equador**. Nova York: PNUD, [s.d.]. Disponível em: <https://hdr.undp.org/data-center/specific-country-data#/countries/ECU>. Acesso em: 20 jun. 2025.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas**. Coleção Sur-Sur, CLACSO, Buenos Aires, 2005. 130 p.

- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília Franca. São Paulo: Ática. 1993, 269 p.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2006. 232 p.
- RAY, R.; GALLAGHER, K. P. A China na América Latina: Dimensões Ambiental e de Desenvolvimento. **Revista Tempo do Mundo**, v. 2, n. 2, p.131-154, 10 jul. 2016.
- REPÚBLICA DO EQUADOR. **Constituição da República do Equador**. Quito: Assembleia Constituinte, 2008. Disponível em:  
[https://www.asambleanacional.gob.ec/sites/default/files/documents/old/constitucion\\_de\\_bolsillo.pdf](https://www.asambleanacional.gob.ec/sites/default/files/documents/old/constitucion_de_bolsillo.pdf). Acesso em: 15 jun. 2025.
- REPÚBLICA DO EQUADOR. **Decreto executivo nº 257**. Estabelece o Comitê de Execução da Vontade Popular (CEVP) Yasuní-ITT. Quito, 2024. Disponível em:  
[https://primicias.s3.amazonaws.com/pdfPrimicias/YASUN%C3%8D+%E2%80%93ITT+\(CEVP+YASUN%C3%8D-ITT\).pdf](https://primicias.s3.amazonaws.com/pdfPrimicias/YASUN%C3%8D+%E2%80%93ITT+(CEVP+YASUN%C3%8D-ITT).pdf). Acesso em: 15 jun. 2025
- RODRIGUES, B. A Geoeconomia híbrida da China na América do Sul - o uso de instrumentos econômicos duais para fins geopolíticos. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, vol. 16, nº 1, p.1-24, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21530/ci.v16n1.2021.1085>. Acesso em: 15 jun. 2025
- SALVAGNI, J. *et al.* A ascensão chinesa e a nova rota da seda: mudanças globais, novas hegemonias. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 37, nº 2, p.673-696, 2022.
- SANTORO, M. **Cinturões e Rotas: o programa de investimentos globais da China e as oportunidades para o Brasil**. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China, 2019.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4º ed. São Paulo: Edusp, 2006. 259 p.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 30 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 176 p.
- SANTOS, M. *et al.* O papel ativo da Geografia - Um Manifesto. **XIII Encontro Nacional de Geógrafos**. Florianópolis, 2000. 13 p.
- SAWAYA, R. Dependência estrutural e reprimarização da América Latina: aportes de Ruy Mauro Marini. **Reorient**, vol. 2, nº 2, p.192-215, 2022
- SCHAVELZON, S. **Plurinacionalidad y Vivir Bien/Buen Vivir: Dos conceptos leídos desde Bolivia y Ecuador post-constituyentes**. Abya-Yala, 2015. 285 p.
- SILVA, P. A. As relações comerciais entre os Estados Unidos e a América Latina. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.12, p.120500-120510. 2021

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019. 192 p.

SVAMPA, M. “Consensus de las commodities” y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, v. 244, p.30-46, 2013. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>. Acesso em: 5 jun. 2025

SVAMPA, M. *La disputa por el desarrollo: territorio, movimientos de carácter socio-ambiental y discursos dominantes*. In: SVAMPA, M. **Cambio de época. Movimientos sociales y poder político**. Buenos Aires, Siglo XXI, 2008. 240 p.

TAMAYO, E. “Venimos en nombre de todas las vidas de la selva”. **América Latina en Movimiento** - ALAI - 29/06/1992. Disponível em: <http://www.alainet.org/es/active/23002>. Acesso em: 15 mai. 2025

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). **Profiles Countries - Ecuador**. 2025. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/ecu>. Acesso em: 10 mai. 2025

VALVERDE, A. L.; MERCEDES, S. S. A Teoria da Dependência e suas aplicações na América Latina neoliberal. **Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**. São Paulo: ECA/USP. 2016. Disponível em: [http://sites.usp.br/prolam/ii-simposio-internacional-pensar-e-repensar-america-latina\\_anais/](http://sites.usp.br/prolam/ii-simposio-internacional-pensar-e-repensar-america-latina_anais/). Acesso em: 16 jun. 2025

VANGRASSTEK, C. Análise das relações econômicas, comerciais e de cooperação da América Latina e do Caribe com os Estados Unidos da América. Tradução e revisão: BRAYNERE, A.; SILVEIRA, L. **Revista Estudos Institucionais**, Vol. 3, nº 2, p.806-825, 2017. Disponível em: <https://www.estudiosinstitucionais.com/REI/article/download/233/161/791>. Acesso em: 17 jul. 2024

VELA-ALMEIDA, D. *Particiones territoriales: territorio minero y la construcción de un Estado postneoliberal y plurinacional en Ecuador*. In: JIMÉNEZ, M.; TORRES, N. (coord.). **Geografía Crítica para detener el despojo de los territorios. Teoría, experiencias y casos de trabajo en Ecuador**. Quito: Coletivo Geografía Crítica Ecuador - Ediciones Abya Yala, 2019. 221 p. VIOLANTE, A. R. A teoria do poder marítimo de Mahan: uma análise crítica à luz de autores contemporâneos. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 21, nº 1, p.223-260, 2015

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis: An Introduction**. Durham and London: Duke University Press, 2004.

YASUNIDOS. **Nuestra história**. Quito. NIDO Interactive. Disponível em: <https://www.yasunidos.org/nuestra-historia/>. Acesso em: 5 jun. 2025.